

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARIELY FERREIRA DOS REIS LUZ

PELAS MÃOS LATINO-AMERICANAS: a atuação dos escritórios
ELEMENTAL, Al Borde e Atelier Metropolitano em assentamentos precários

São Luís

2017

MARIELY FERREIRA DOS REIS LUZ

PELAS MÃOS LATINO-AMERICANAS: a atuação dos escritórios
ELEMENTAL, Al Borde e Atelier Metropolitano em assentamentos precários

Monografia apresentada ao Curso de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Estadual do Maranhão para a obtenção do
grau de Bacharel em Arquitetura e
Urbanismo.

Orientadora: **Prof^a. Dr^a. Marluce Wall de
Carvalho Venâncio**

São Luís

2017

Luz, Mariely Ferreira dos Reis.

Pelas mãos latino-americanas: a atuação dos escritórios Elemental, Al Borde e Atelier Metropolitano em assentamentos precários. / Mariely Ferreira dos Reis Luz. - São Luís, 2017.

99 f.

Orientador (a): Prof. Dr^a. Marluce Wall de C. Venâncio

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

1. Assentamento precário. 2. Escritórios de arquitetura e urbanismo, 3. América Latina. I. Título.

CDU: 711:712 (8)

MARIELY FERREIRA DOS REIS LUZ

PELAS MÃOS LATINO-AMERICANAS: a atuação dos escritórios
ELEMENTAL, Al Borde e Atelier Metropolitano em assentamentos precários

Monografia apresentada ao Curso de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Estadual do Maranhão para a obtenção do
grau de Bacharel em Arquitetura e
Urbanismo.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marluce Wall de Carvalho Venâncio (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Prof^a Izabel Cristina Melo de Oliveira Nascimento (1^a Examinadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Clara Raissa Pereira de Souza (2^a Examinadora)
Arquiteta e Urbanista

Aos futuros colegas de profissão, que acreditam que a arquitetura pode ser acessível a todos que a necessitam. Por acreditarem e me fazerem acreditar que com quase nada pode ser feito tudo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por acalmar meu coração, ser meu suporte e meu refúgio em todos os momentos difíceis e nas bênçãos alcançadas.

Aos meus pais, Emanuel Reis e Mary Dalva Luz por serem minha base e demonstrarem diariamente, em cada pequena atitude todo apoio, dedicação e amor incondicional.

Aos meus queridos irmãos, Emanuely Luz, Mariana Reis e Emanuel Filho, pelo apoio, pela palavra amiga e pela cumplicidade que temos. Por serem as melhores pessoas em me fazerem sorrir e perceber que a vida sempre pode ser mais leve.

À minha orientadora, Marluce Wall, por toda atenção, paciência e disponibilidade em me orientar em todo esse processo monográfico. E à professora Izabel Nascimento, pelas notas e conselhos durante essa pesquisa.

A todos os professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU-UEMA, por todo conhecimento transmitido e admiração pela área.

Aos colegas de turma e grupos de trabalho, pelos momentos em que trabalhamos unidos, compartilhando opiniões e conhecimento.

Aos amigos que estiveram presentes em todo esse projeto, em especial à Marina Tominaga, Mateus Monzini, Mayara Lemos e Victória Batista. Muito obrigada pela companhia e conselhos em cada etapa alcançada.

Às minhas amigas, Amanda Monteiro e Ana Karoline Gonçalves, pela irmandade, carinho e respeito que temos uma pela outra. A todos os momentos de felicidade e alegria que vivemos e ao fortalecimento dos nossos laços de amizade, a serem frutos de muitas histórias.

Ao Programa Ciências sem Fronteira, por ter me proporcionado estudar na Austrália, na University of Adelaide e ter sido uma experiência enriquecedora que transformou minha vida e minha visão da arquitetura. E aos amigos que fizeram parte dessa etapa, especialmente Adriel Silva, Ana Carolina Simões, Fernanda Oliveira, Jucilene Sonálio, Juliana Inoue, Marjorie Leite Philipe Uemoto, Rubens Mariano e Sebastian Marr. Muito obrigada por terem sido uma família longe do Brasil e por ainda se fazerem presentes.

Por fim, muito obrigada a todos que durante esses seis anos de curso, me possibilitaram crescer como pessoa e profissional.

*“Não perca tempo lutando ou mesmo
prestando atenção nos amargurados;
celebre e aprenda com os proativos”.*

Alejandro Aravena

RESUMO

O presente trabalho discute sobre os modos de atuação dos escritórios de arquitetura e urbanismo em assentamentos precários latino-americanos, tendo como estudos de caso as agências ELEMENTAL (Chile), Al Borde (Equador) e o Atelier Metropolitano por Jorge Mario Jáuregui (Brasil). Dessa forma, a pesquisa procurou contextualizar os problemas inerentes aos centros urbanos da América Latina, entendendo o processo de formação e as principais características de seus assentamentos precários. Buscou ainda analisar de forma geral o contexto do exercício de outros arquitetos e urbanistas e organizações latino-americanas, que também atuam e contribuem para a minimização das problemáticas nesses cenários. Além de abordar metodologias e conceitos do processo participativo, entendo essa ferramenta como um dos principais recursos utilizados pelos escritórios. Dessa forma, a fim de colaborar com as discussões sobre as práticas de intervenção de arquitetos e urbanistas nas áreas de precariedade latino-americanas, investigou-se três diferentes estúdios reconhecidos mundialmente por seus trabalhos na atualidade, sendo feita uma breve análise sobre suas metodologias de trabalho e como a população se insere em seus projetos.

Palavras chave: Assentamento precário, escritórios de arquitetura e urbanismo, América Latina.

ABSTRACT

This current work discusses the ways in which Architecture and Urbanism offices operate in Latin American precarious settlements, such as the case studies of ELEMENTAL (Chile), Al Borde (Ecuador) and Atelier Metropolitano by Jorge Mario Jáuregui (Brazil). In this way, the research investigated the context of the problems inherent to the urban centers of Latin America, understanding the formation process and the main characteristics of its informal dwellings. In addition, this study examined the general context of the work of other Latin American architects, urban planners and organizations, who likewise the cases studies, act and contribute on reducing the problems in these scenarios. Furthermore, this analysis approached methodologies and concepts of the participatory process, understanding this tool as one of the main resources used by the offices. Thus, in order to collaborate with the discussions about the intervention practices of architects and urban planners in Latin American precariousness areas, three different studios recognized worldwide for their current interventions were investigated, and a brief study was done on their work methodologies as well as on how the population inserts itself into their projects.

Keywords: Precarious settlement, architecture and urban planning offices, Latin America.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	– A cidade alta e fora do centro (Rio de Janeiro, Brasil)	17
Quadro 01	– Caracterização das principais tipologias de assentamentos precários conforme o Ministério das Cidades	19
Quadro 02	– Termos para assentamento precário em 10 países da América Latina	22
Quadro 03	– Características dos assentamentos latino-americanos.....	23
Gráfico 01	– Crescimento populacional urbano e rural na América Latina (1960 - 2010)	25
Quadro 04	– População urbana mundial que mora em favelas (1990 - 2010)	29
Mapa 01	– Municípios com aglomerações subnormais identificadas - Brasil – 2010	30
Gráfico 02	– Evolução da população urbana em tugúrios na América Latina e Caribe (1990 - 2010)	31
Figura 02	– A mudança de visão da arquitetura através de exposições	35
Figura 03	– Metro Cable Caracas por Urban-Think Tank	36
Figura 04	– Processo participativo assessorado pela Usina CTAH	38
Figura 05	– Favela Vila Popular (Diadema - SP)	39
Figura 06	– Situação existente da favela Vila Popular e projeto proposto pela Usina	39
Figura 07	– Comuna Urbana Dom Hélder Câmara em construção	40
Figura 08	– Espaços de Paz (Venezuela)	42
Figura 09	– Praça do Conhecimento em Nova Brasília, Rio de Janeiro (Brasil)	43
Figura 10	– Componentes do Projeto Urbano Integral (PUI)	45
Figura 11	– Metrocable no bairro de Las Independencias em Medellín (Colômbia)	46
Figura 12	– Aspectos relacionados às práticas de participação	49
Figura 13	– Ferramentas do processo participativo	51
Figura 14	– Modos de participação conforme Bordenave	52

Figura 15	– Diagrama de micro e macro participações segundo Bordenave	53
Figura 16	– Graus e níveis de participação segundo Bordenave	53
Figura 17	– Graus e níveis de participação segundo Imparato e Ruster	54
Figura 18	– Projeto Favela <i>Painting</i> , no Rio de Janeiro	56
Figura 19	– Projeto Faces of Favela pelo artista JR, no Rio de Janeiro	57
Figura 20	– Formas de atuação dos escritórios de arquitetura em comunidades	58
Figura 21	– Arquitetos responsáveis pela ELEMENTAL	61
Figura 22	– Comunidade Quinta Monroy antes das intervenções	63
Figura 23	– Relatos de moradores na web série “Revolução através do Design”	64
Figura 24	– Relato de Silvia Araos na web série “Revolução através do Design”	65
Figura 25	– O remanejamento dos recursos pelo escritório ELEMENTAL	66
Figura 26	– Modelos de expansão nas habitações de piso térreo e superior	66
Figura 27	– Processo participativo no projeto Quinta Monroy	67
Figura 28	– Apropriação dos moradores após construção do conjunto habitacional	68
Figura 29	– O processo de incrementabilidade inserido no projeto de habitação	69
Figura 30	– ABC da Habitação Incremental	70
Figura 31	– Arquitetos responsáveis pelo escritório Al Borde	72
Figura 32	– Escola Nueva Esperanza, em Puerto Cabuyal (Equador) ..	73
Figura 33	– Participação da comunidade na construção da Escola Nueva Esperanza	74
Figura 34	– “O Barco” Nueva Esperanza, em Puerto Cabuyal (Equador)	75
Figura 35	– Processo participativo no desenvolvimento da Esperanza Dos	76
Figura 36	– Worskshops da etapa da Última Esperanza	78

Figura 37	– Jorge Mario Jáuregui, fundador do Atelier Metropolitano ...	79
Figura 38	– Sistema de Teleférico do Complexo do Alemão, Rio de Janeiro (Brasil)	81
Figura 39	– Unidades Habitacionais e Centro Cívico do Complexo do Alemão	82
Figura 40	– Reunião com o Comitê Comunitário e audiências públicas	84
Figura 41	– Unidades Habitacionais do Complexo do Alemão em obras	85
Figura 42	– Esquema de Leitura da Estrutura do Lugar do Complexo do Alemão	86

LISTA DE SIGLAS

CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COPEC	- <i>Compañía de Petróleos de Chile</i>
CPTM	- Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
DNP	- <i>Departamento Nacional De Planeación</i>
EDU	- <i>Empresa de Desarrollo Urbano</i>
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCidades	- Ministério das Cidades
MoMA	- <i>Museum of Modern Art</i>
MST	- Movimento Sem Terra
ODS	- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organizações das Nações Unidas
ONUBR	- Organização das Nações Unidas do Brasil
ONU-HABITAT	- Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
POUSO	- Posto de Orientação Urbanístico e Social
PUI	- Projeto Urbano Integrado
U-TT	- Urban-Think Tank
Usina CTAH	- Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	BREVE ANÁLISE CONTEXTUAL	17
2.1	Os assentamentos precários como conceitos	17
2.2	A precariedade latina situada a partir do processo de urbanização	24
3	PELAS MÃOS LATINO-AMERICANAS	32
4	A PARTICIPAÇÃO COMO ORDEM DO DIA	48
5	ESTUDOS DE CASO	60
5.1	ELEMENTAL	60
5.2	Al Borde	71
5.3	Atelier Metropolitano	78
6	CONCLUSÃO	87
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

1 INTRODUÇÃO

A manutenção das desigualdades sociais e da pobreza no mundo são reflexos da má distribuição das riquezas e da indisponibilidade de recursos entre as pessoas. Vários problemas globais, como insegurança, fome e carência habitacional são diretamente provenientes dessas problemáticas de segregação e privilégio dos meios. Por conta do grau de relevância dessas temáticas para o bem-estar e qualidade de vida da população, a falta de moradia adequada e a consequente expansão das cidades em direção às periferias, tem sido ao longo dos últimos anos, alvo de discussão em diversas agendas governamentais.

O movimento migratório do campo para cidade criou um grande inchaço populacional nos principais centros urbanos espalhados pelo mundo e essa evolução demográfica e suas disparidades são ilustradas espacialmente nas cidades. Segundo relatórios produzidos pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), no último censo de 2010, 80% da população que vive nos países latino-americanos e caribenhos está aglomerada em cidades, sendo aproximadamente 111 milhões de pessoas em situações de áreas precárias (ONU-HABITAT, 2012, tradução nossa). Apesar dos grandes avanços econômicos e tecnológicos proporcionados pela urbanização, a quantidade e a qualidade das habitações não corresponderam, e ainda não correspondem, ao crescente índice populacional urbano, ocasionando o surgimento desses assentamentos e de suas péssimas condições de vida, tanto nas zonas centrais mais deterioradas quanto nas mais periféricas, e de riscos ambientais.

O contraponto dessa segregação social e espacial nas cidades é a busca do direito à cidade por parte da população. Por meio do processo participativo no planejamento da metrópole, os cidadãos conseguem defender seus descontentamentos com a marginalização dos assuntos que lhes dizem respeito e serem os próprios recursos de trabalho em áreas carentes (BORDENAVE, 1994). Esta metodologia de atuação apresenta-se assim, como uma maneira de responder às problemáticas sociais e políticas inseridas nos projetos de interesse coletivo, de forma a valorizar as opiniões e desejos da população e assegurar o discurso democrático na concepção dos espaços

urbanos (BARONE; DOBRY, 2002). Resta dessa forma, compreender como arquitetos e urbanistas na contemporaneidade estão contribuindo para esse processo colaborativo, no combate às situações de precariedade urbanas em uma das regiões mais responsáveis pelos altos índices mundiais, a América Latina.

Mediante esta pesquisa é realizado um estudo sobre as práticas de atuação de três diferentes escritórios de arquitetura e urbanismo em assentamentos precários latino-americanos, sendo eles: ELEMENTAL (Chile), Al Borde (Equador) e o Atelier Metropolitano por Jorge Mario Jáuregui (Brasil). Dessa forma, a temática contextualiza as problemáticas das cidades latino-americanas, entendendo seus cenários urbanos precários, analisa o contexto global do exercício de escritórios de arquitetura e urbanismo em assentamentos precários na América Latina e investiga a atuação dos estudos de casos, verificando suas principais metodologias de trabalho e áreas de intervenção.

Inspirada na proposta curatorial da exibição “Reporting from the front” desenvolvido por Alejandro Aravena para a XV Bienal de Veneza e pelo crescente debate da atuação do arquiteto e urbanista contemporâneo na melhoria de vida das pessoas, a pesquisa confronta as indiferenças nas cidades e tenta assim “aprender com arquiteturas que, apesar da escassez de meios, intensificam o que está disponível em vez de reclamar sobre o que está faltando” (ARAVENA, 2015). Histórias de sucesso e casos exemplares de intervenções em contextos urbanos precários, passam a ser uma maneira de seguir os planos de curadoria previstos nessa exibição. Com isso, a escolha pelos três casos de estudo latino-americanos, se justifica pelo intuito de contribuir para as discussões acerca do legado da arquitetura e do urbanismo da América Latina e pela relevância e reconhecimento que esses escritórios têm tido atualmente em exposições e premiações no cenário mundial.

O processo metodológico, é conforme Lakatos e Marconi (2003), o de pesquisa bibliográfica e envolve a consulta constante de toda bibliografia tornada pública até então, desde publicações avulsas, como jornais, revistas e livros até materiais de comunicação orais e audiovisuais, como filmes e gravações. Leva em consideração com isso, o levantamento bibliográfico e revisão da literatura sobre assentamentos precários, escritórios latino-americanos e metodologias de intervenção nessas áreas.

Dessa maneira, este trabalho monográfico percorre uma linha metodológica estabelecida em seis capítulos. No primeiro capítulo, são apresentados na introdução, o tema abordado na pesquisa, principais objetivos, justificativas e relevância da investigação, a metodologia trabalhada e sua estrutura de organização. Em seguida, no segundo capítulo, é realizada a contextualização dos cenários precários nas cidades latino-americanas, de forma a não somente apresentar a diversidade de conceitos para assentamentos precários e as várias nomenclaturas dadas em diferentes países na América Latina para esse termo, assim como apontar o processo de urbanização como um impulsionador para a origem desses cenários.

No terceiro capítulo, é feita uma análise global, acerca da atuação e trajetória dos escritórios de arquitetura e urbanismo na América Latina, de forma a elencar o progresso de suas práticas ao longo dos últimos anos e seus métodos de trabalho junto às comunidades que vivem em contextos de precariedade. O capítulo quatro, é constituído por uma reflexão acerca do processo participativo responsável por envolver diferentes atores em prol de um objetivo comum, valorizando a capacidade desses em serem ativos na resolução de seus problemas e dessa forma se insere como método usualmente recorrido pelos escritórios latino-americanos na transformação dos ambientes hostis.

A investigação dos três estudos de casos compõe o quinto capítulo desta pesquisa. Os escritórios ELEMENTAL (Chile), Al Borde (Equador) e o Atelier Metropolitano por Jorge Mario Jáuregui (Brasil), ilustram seus respectivos processos de planejamento e intervenção junto às comunidades, incorporando as problemáticas dos cenários e o exercício do arquiteto-urbanista discutidos nos capítulos anteriores. No último capítulo são apresentadas as considerações finais pertinentes a este trabalho.

2 BREVE ANÁLISE CONTEXTUAL

2.1 Os assentamentos precários como conceitos

Indubitavelmente ao longo dos anos o mundo se tornou cada vez mais urbano. Grandes ou pequenos centros urbanos, áreas suburbanas, bairros inteiros ou periferias, têm proporcionado aos seus cidadãos novas possibilidades de experimentar seus espaços, dividir seus valores e participar da vida pública. Porém ao mesmo tempo que essa cidade se manifesta de forma aberta e acessível para certos grupos, para outros milhares, essa urbe se fecha e se recusa a facilitar essas oportunidades. Com isso, de maneira dualista o cenário urbano pode ser tão inclusivo quanto marginalizado (ONU-HABITAT, 2010).

Essa barreira invisível que divide a cidade e exclui social e economicamente seus cidadãos, manifesta-se de forma concreta por meio da própria divisão do tecido urbano, onde fronteiras “dividem o *centro* do que está *fora do centro*, ou a parte *alta* da *baixa*” (ONU-HABITAT, 2010) (Figura 01). O aumento da pobreza, da concentração de renda e do desemprego em todo mundo marcam dessa forma, a crescente expansão de áreas precárias e sem o acesso adequado às infraestruturas básicas da cidade.

Figura 01 - A cidade alta e fora do centro (Rio de Janeiro, Brasil)



Fonte: SIQUEIRA, P. (2015)

Na análise das estimativas e dos indicadores de precariedade nas cidades, o equivocado processo de “produção em massa de favelas” exposto por Mike Davis (2006) deve ser frequentemente levado em consideração. A diversidade de definições usadas entre as organizações, centros de pesquisas e órgãos administrativos, para explicar termos como pobreza, assentamentos precários, aglomerados informais e favelas, acabam por dificultar a real dimensão dessas problemáticas no mundo todo. Esse autor, por exemplo, ao considerar favela como todo tipo de abrigo precário – cortiços, hospedarias, invasões, loteamentos clandestinos, campos de refugiados e até moradores de rua – formulou o resultado de que 78% da população urbana dos países do terceiro mundo era formada por favelados (DAVIS, 2006 apud GONDIM, 2009).

Uma boa designação dessa forma, segundo Gondim (2009) deve ser além de abrangente, bem delimitada, “de modo a excluir fenômenos que, mesmo semelhantes, diferenciam-se daquele que se quer entender”. Dessa maneira, é necessária a exata identificação dos fatores que caracterizam ou não, certo assentamento, a fim de se obter além de informações estatísticas satisfatórias, o embasamento correto para a formulação de políticas públicas de combate à precariedade.

Dos vários critérios físicos, socioeconômicos e jurídicos usados para identificar loteamentos em condições de precariedade, a ONU-HABITAT declara uma moradia familiar em condições precárias, aquelas não servidas por no mínimo

(1) moradia duradora (uma estrutura permanente que ofereça proteção contra as condições climáticas extremas); (2) espaço suficiente para viver (não mais do que três pessoas dividindo um cômodo); (3) acesso à água tratada (água que seja suficiente, acessível e que possa ser obtida sem esforço extremo); (4) acesso a melhores instalações sanitárias (banheiro privado, ou um público a dividir com um número razoável de pessoas); e/ou (5) segurança da posse (posse de facto ou de jure e proteção contra despejos forçados). (ONU-HABITAT, 2010)

O Ministério das Cidades considera pontos equivalentes a essas características aferidas pela ONU e define assentamento precário, como uma área predominantemente residencial habitada por famílias de baixa renda, onde as condições das casas, viabilizadas de modo autônomo pelos seus habitantes, são muitas das vezes carentes de inúmeras instalações e mal servidas pelas

infraestruturas urbanas (BRASIL, 2010). Ao trabalhar com as condições habitacionais brasileiras, esse órgão sistematiza os assentamentos precários em cortiços, favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais, porém a evolução desses cenários originou características semelhantes entre esses quatro grupos (BRASIL, 2010) (Quadro 01).

Quadro 01 - Caracterização das principais tipologias de assentamentos precários conforme o Ministério das Cidades

Variáveis	Tipologias de Assentamentos Precários			
	Cortiços	Favelas	Loteamentos irregulares	Conjuntos habitacionais
Acesso à moradia	Aluguel sem contrato ou ocupação ilegal de imóvel abandonado (público ou privado).	Ocupação ilegal de áreas públicas ou privadas, seguida de compra e venda informal (sem registro).	Compra e venda entre agentes privados. Sem escritura no registro imobiliário.	Compra e venda ou concessão de uso pelo poder público (sem registro). Ocupação ilegal.
Terreno	Lote regular.	Dimensões irregulares. Resultante de subdivisão informal de lote ou gleba ou área de proteção ambiental.	Lote de dimensão regular em gleba parcelada irregularmente.	Cota parte de terreno ou lote, em gleba parcelada pelo poder público, sem aprovação formal.
Localização	Áreas centrais.	Áreas centrais, intermediárias ou periféricas, adequadas ou não à urbanização.	Áreas de periferia adequadas ou não à urbanização.	Áreas de periferia adequadas ou não à urbanização.
Traçado Urbano e Infra-estrutura	Inserido em áreas consolidadas com traçado urbano regular e dotadas de infraestrutura.	Inserido em área com ou sem infraestrutura. Nas áreas internas do assentamento: traçado desordenado; predominância de vielas de pedestres e escadarias; ausência ou precariedade das demais infra-estruturas.	Traçado urbano regular. Viário com problemas de drenagem e trafegabilidade; precariedade das demais infra-estruturas. Áreas públicas ocupadas por favelas.	Traçado urbano regular. Infraestrutura completa ou não, com problemas de manutenção. Áreas públicas ocupadas por favelas.
Condição da unidade habitacional	Cômodo resultante da subdivisão de imóvel degradado. Uso coletivo de instalações sanitárias. Hidráulica e elétrica precárias. Insalubridade.	Autoconstrução, problemas estruturais; materiais inadequados; hidráulica e elétrica precárias e irregulares. Insalubridade e risco.	Autoconstrução ou mutirão; falta de acabamento; materiais de baixa qualidade; hidráulica e elétrica regulares ou não.	Construção por empreiteira ou mutirão; materiais de baixa qualidade; falta de acabamento e manutenção; áreas comuns e entorno degradado.

Fonte: Brasil (2010)

Desse modo, ainda que, de acordo com Queiroz Filho (2015), a favela seja o principal tipo de assentamento precário urbano brasileiro, barracos, comunidade, palafitas, invasões, ocupações, assentamentos populares e aglomerados subnormais, são igualmente nomes utilizados rotineiramente em diferentes cidades e na revisão bibliográfica. Esse fenômeno comprova que apesar das várias das situações de precariedade propagadas pelas cidades no Brasil tenham se originado de forma específica e das diferenciações dos termos, as características no decorrer do tempo foram semelhantes a todos.

Assim, ainda que de uma forma mais técnica, aglomerados subnormais seja utilizado pelo IBGE (2011) para caracterizar uma área onde no mínimo 51 unidades habitacionais são carentes de serviços públicos essenciais, estando localizadas em terrenos públicos ou privados, de maneira desordenada e adensada, essa nomenclatura foi definida a possuir certo grau de generalização de forma a incluir a diversidade de assentamentos irregulares existentes no país.

Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente (IBGE, 2011).

No Brasil, apesar dos cortiços serem considerados por estudiosos a “semente da favela”, o processo de construção social e do imaginário coletivo sobre esse assentamento é, considerado por Valladares (2000), possivelmente originado a partir do legado de escritores, jornalistas e reformadores sociais do início do século XX, que possuíam forte influência na sociedade, pelo motivo de suas obras serem amplamente divulgadas na época. Com isso, o ideário coletivo sobre o ambiente da favela e de seus moradores, particularmente no Brasil, se configurou exatamente com a construção do mito de Canudos. Uma narrativa se encontra na outra, por ocasião, dos remanescentes de soldados ocuparem após a Guerra o morro da Providência do Rio de Janeiro e a partir desse momento, denominar essa região por morro da Favella.

São duas as explicações para essa mudança de nome: primeiro, a existência neste morro da mesma vegetação que cobria o morro da Favella do Município de Monte Santo, na Bahia; segundo, o papel representado nessa guerra pelo morro da Favella de Monte Santo, cuja feroz resistência retardou o avanço final do exército da República sobre o arraial de Canudos. Se, no primeiro caso, a explicação está baseada numa similitude *tout court*, no segundo, a denominação morro da Favella vem revestida de um forte conteúdo simbólico que remete à resistência, à luta dos oprimidos contra um oponente forte e dominador (VALLADARES, 2000).

Além da descoberta da favela como assentamento humano, segundo Valladares (2000), data ainda do início desse mesmo século a sua transformação em problema. Médicos e engenheiros preocupados com o desenvolvimento da cidade e da população, começam a ganhar interesse por essas áreas, originando um novo debate sobre a favela, no que diz respeito principalmente à qualidade de vida que as pessoas apresentavam nesses ambientes. Campanhas de vacinação, remodelação e embelezamento afloram em meados dos anos 30, reconhecendo a existência dessas áreas precárias e dispostas a administrá-las, melhorar suas condições e controlar seu crescimento.

Na América Latina, a ocupação de áreas urbanas como *villa miseria* (Argentina), *ciudadela* (Bolívia), *campamento* (Chile), *ciudad perdida* (México) e *barrio marginal* (Colômbia) passaram a ser cenários semelhantes às favelas e aos aglomerados informais brasileiros. De fato, o estudo levantado pela intérprete e tradutora Revelo-Imery (2014b) sobre a tradução do termo favela para outras línguas, ressalta que a precariedade dos serviços públicos, insegurança, violência e o caráter de marginalização são inerentes a todos esses contextos, e que somente o cenário sócio-político que esses assentos se configuraram são diferentes, assim como as respostas dadas a esses fenômenos.

Da Patagônia ao Rio Grande é comum encontrar assentamentos informais, cada um com suas particularidades, segundo o contexto histórico e social de seus moradores, resultado de oportunidades ou carências de cada lugar, sua microrregião e do contexto político que ocupa. São estabelecidos e se desenvolvem com tempo e chegam a formar parte integrante de uma cidade, porém ficam a margem por conta da falta de direitos, já que são assentamentos estabelecidos pela falta de habitação adequada formal, em terrenos baldios, inicialmente sem título, desenvolvendo informalmente. (REVELO-IMERY, 2014b)

Ao reunir dados, características e denominações de diferentes instituições e centros de estudos, essa autora tenta refletir a generalização das terminologias dadas a esses cenários e por meio da construção de quadro comparativo resume as principais especificidades de cada lugar (Quadro 02).

Quadro 02 - Termos para assentamento precário em 10 países da América Latina

PAÍS	TERMO	TRADUÇÃO LITERAL	INTRODUÇÃO OU ETIMOLOGIA
Argentina	Villa miseria, asentamientos, villas de emergencia	Vila Miséria	O nome Villa Miséria foi tirado do romance escrito por Bernardo Verbitsky em 1957. Também se refere às condições precárias onde moravam os imigrantes que viam das províncias durante a Década Infame (1936 - 1946).
Brasil	Favela	Favela	Termo aplicado à partir de 1897, quando soldados de Canudos, após vencida a guerra, voltaram ao Rio para receber terras prometidas, mas acabaram por se instalar no que hoje é conhecido como favela em homenagem às plantas, que nasciam facilmente ali.
Chile	Población callampa, campamento	População seta, acampamento	Callampa' é o nome de um cogumelo que aparece repentinamente e se reproduz rapidamente em qualquer ambiente, até úmido e com pouca iluminação.
Colômbia	Barrios bajos, tugurio, barrio de invasión, barrio marginal, comuna	Bairros baixos	Barrios bajos' responde ao conceito de subúrbio, também conhecidos como comuna, que se refere originalmente à um distrito de uma área urbana, mas se associa aos bairros populares, e por tanto é usado de maneira pejorativa.
Costa Rica	Tugurio	Lixeira	Segundo a Real Academia Espanhola (RAE), a palavra tugurio vem do latim tuguriūm e significa habitação, vivenda ou estabelecimento pequeno e miserável.
El Salvador	Champerio, tugurio, zona marginal	Lixeira, zona marginal, casas pobres	Champerío vem da palavra chamapan, uma palavra náhuatl (língua indígena da região) que designa "casa". Essa se transformou em champa, que segundo a RAE designa um casebre que serve de habitação.
Equador	Guasmo (Guayaquil), suburbio, invasión, barrio marginal	Invasão, subúrbio, bairro marginal	O termoguasmo é conhecido particularmente na cidade de Guayaquil, e faz referência à árvore tropical que havia na zona que foi desmatada em favor do assentamento.
México	Cinturón de miséria, zona marginal, ciudad perdida, cartolandia, bariada, arrabaldes, colonia, baja precarios	Cinturão de miséria, zona marginal, cidade perdida, cidade baixa	O cinturón de miséria é uma zona informal periférica ao redor da cidade. Cartolandia vem de cartón (papelão) e landia (do inglês, "land") que significa terra, fazendo referência aos materiais utilizados para a construção das habitações originais.
Uruguai	Cantegril, cante	Nome próprio	Fazem referência pejorativa e irônica ao bairro de luxo de Punta del Este do mesmo nome, ou ao clube campestre frequentado pelas elites da região: o Cantegril Country Club.
Venezuela	Rancho, barrio, cerros	Rancho, bairro, morro	Segundo a RAE, um rancho é um grupo de casas ou aldeia dependente de outro povoamento mesmo que esteja apartado dele.

Fonte: Autora adaptado de Revelo-Imery (2014b)

Dessa forma, expressões como *slums*¹ e *shantytown*², frequentemente utilizadas de forma genérica e estereotipadas, transformam-se em moldes figurativos da precariedade no mundo e acabam por negligenciar as peculiaridades e os contextos específicos, das várias dimensões e variações que os assentamentos latino-americanos englobam (Quadro 03). Sendo uma maneira de tratar “uma favela como uma comunidade de várias famílias e raramente reconhecendo que as condições de habitação são diferentes para cada indivíduo ou agregado familiar dentro da área” (PATEL et al., 2014, tradução nossa).

Quadro 03 - Características dos assentamentos latino-americanos

Ocupação de terras públicas, comunais e privadas, seguida de autoconstrução, às vezes em bairros originalmente aprovados	Subdivisão não autorizada de terras públicas, comunais ou primavadas, seguida pela venda dos lotes individuais e de auto construção	Subdivisão não autorizada de lotes previamente existentes juridicamente, destinados à construção de edifícios adicionais
Urbanização e desenvolvimento de áreas definidas como rurais	Projeto habitacionais populares irregulares (conjuntos habitacionais), alguns dos quais gradualmente se tornaram extrajudiciais	Ocupação de espaços públicos como ruas, calçadas e viadutos, assim como ocupação de margens de rios, encostas de montanhas e de proteção ambiental

Fonte: Autora elaborado a partir de Fernandes (2011)

¹ Slum: segundo relatório da ONU-HABITAT (2003) são lugares onde famílias vivendo sob o mesmo teto, não tem acesso a um desses serviços: água potável, instalações sanitárias, área suficiente de estar, qualidade estrutural e durabilidade das habitações e segurança de posse.

² Shantytown: conforme tradução livre do Cambridge Dictionary (2016, tradução nossa) se classifica como uma zona interior ou à beira de uma cidade, onde pessoas pobres vivem em casas muito pequenas e baratas.

A falta de discussões e unicidade acerca desses diversos conceitos e a origem desses aglomerados, acabam por transformar as favelas conforme explica Gondim (2009) em grandes leitos permissíveis do estabelecimento de todas e quaisquer formas precárias de morar. Portanto, identificar as reais características e formações desses cenários, é primordial para a fundamentação de planos e ideais de regularização por parte do poder público e das próprias comunidades. “Respeitar estes termos que formam parte da consciência coletiva das respectivas sociedades, se estabelece a base para a possível melhora das circunstâncias que refletem” (REVELO-IMERY, 2014a).

2.2 A precariedade latina situada a partir do processo de urbanização

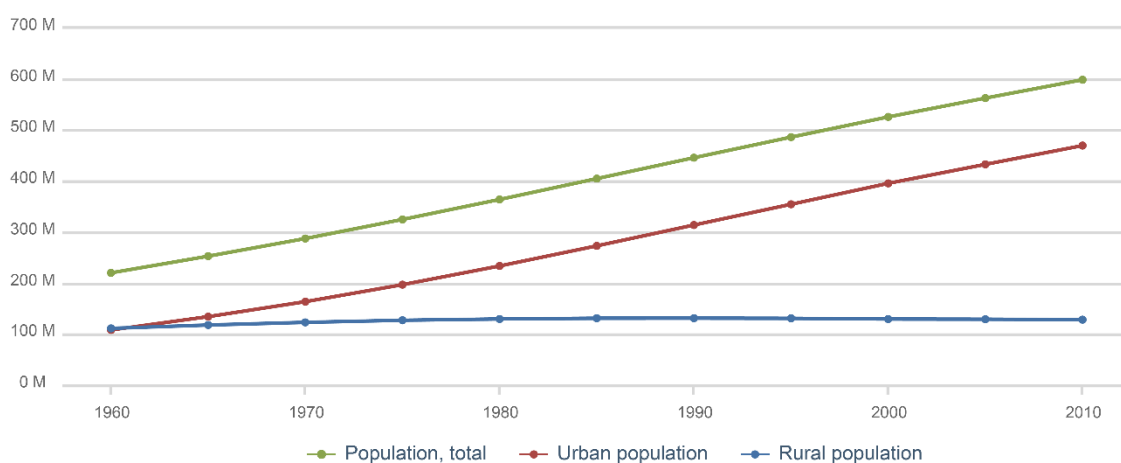
Vinte e uma nações formam um bloco internacionalmente heterogêneo conhecido como América Latina. Ao ser chamada assim, procurou-se enfatizar a origem latina de suas culturas e as raízes comuns da sua língua, religião e história. Talvez esse nome exista no reconhecimento de que, em sua história moderna já existiam tentativas de integração no futuro, força econômica e política e a projeção internacional das nações que residem ali em uma ação conjunta. (HARDOY, 1974, tradução nossa)

Independente das enormes disparidades internas que existem entre as cidades latino-americanas, a individualidade teoricamente significativa desse bloco, se origina principalmente do conjunto de suas semelhanças particulares e de suas relações de dependência com outras regiões (CASTELLS, 1983). A identidade da América Latina “não reside apenas em sua formação histórica, expressa em certa solidariedade linguística, mas sobretudo, em seus processos universais e particulares de produção do espaço” (SOUZA, [2013?]). A investigação de pontos-chaves inerentes à história da formação das cidades latino-americanas e seus processos de se tornarem núcleos urbanos, passa a ser fundamental para o entendimento do surgimento e expansão de seus assentamentos precários.

O processo de urbanização da América Latina iniciado nos primórdios da industrialização, apesar de algumas exceções e especificidades em certas dinâmicas inerentes a cada cidade, segundo Carvalho (1997), pode ser caracterizado em 6 pontos comuns a todos os seus países, sendo: *prematuro*, por preceder no tempo e magnitude ao processo de industrialização; *rápido*,

pelas taxas de crescimento populacional urbana terem sido muito mais elevadas que os índices de população total e rural (Gráfico 01); *concentrador*, pela tendência marcada pela metropolização das cidades e pela formação de sistemas macrocefálicos; *espontâneo*, visto que de forma desordenada e sem planejamento as áreas rurais perderam livremente sua população ativa para os setores urbanos; *descapitalizado*, caracterizado pela falta de investimentos públicos e privados em infraestruturas básicas das cidades e na geração de novos empregos; e *excludente* em razão de suas desigualdades sócio espaciais.

Gráfico 01 - Crescimento populacional urbano e rural na América Latina (1960 - 2010)



Fonte: World Development Indicators (2016)

A expansão metropolitana e desse modo a plena urbanização latina se inicia com a conquista das áreas periféricas, para a autoconstrução de moradias de baixa qualidade, que “sem qualquer restrição ambiental, funcional, de qualidade ou estética, esse processo, marca desde seu início uma ocupação territorial predatória, contínua, sem a mínima reserva de áreas públicas e em condições técnicas” (MARTINS, 2006) originando, não somente novas formas específicas de morar, como diversas problemáticas para a maioria dos países da região.

Tanto o formato de colonização pela qual suas sociedades foram expostas, quanto o processo de urbanização que esses aglomerados urbanos experimentaram, mostram-se peças fundamentais para o entendimento da atual estrutura urbana dos aglomerados desse bloco. Castells (1983) ressalta que o cenário de contínua dependência diante às coroas espanhola e portuguesa,

acarretou consequências significativas no processo de urbanização das cidades latino-americanas. As colônias espanholas e portuguesas que se estabeleceram nos países latinos possuíam funções essenciais e subordinadas à Corte, sendo responsáveis pela gestão das novas áreas conquistadas e pela exploração dos recursos existentes. Tinham ainda por obrigação a manutenção do comércio local e pela ativa troca de produtos com as regiões circunvizinhas, fatores essenciais para a concretização do domínio da metrópole em seus territórios coloniais.

Segundo esse autor, por ocasião dessas cidades terem tido ligações diretamente com a metrópole, os seus limites em relação às regiões próximas não foram ultrapassados de forma a consolidar suas comunicações e dependências funcionais, explicando assim “a fraqueza da rede urbana na América Latina e o tipo de implantação urbana, afastado dos recursos naturais do interior do continente” (CASTELLS, 1983). Cujas bases do aglomerado original foram sendo reforçadas, por conseguinte das funções urbanas terem sido concentradas nesses núcleos.

A partir do século XVIII e principalmente após os movimentos de independência dos países da América Latina, a sujeição política perante as Cortes espanhola e portuguesa foram sendo substituídas por relações comerciais com outras potências europeias. O processo de industrialização e o apogeu da Inglaterra montaram dessa maneira, novas ligações entre mercados de diferentes localidades, aumentando as extensões das atividades comercial e de produção, originando nas cidades latino-americanas um cenário de grande crescimento demográfico e urbano (CASTELLS, 1983).

Mesmo a Primeira Revolução Industrial representar um símbolo no cenário mundial, do avanço tecnológico e do aumento da produtividade e da exploração do trabalho, o processo de industrialização latino-americano segundo Castells (1983) é marcado em diferentes ritmos e níveis em suas formas urbanas. Isso se dá principalmente, pelo fato da América Latina ter servido em diversas condições como espaço de exploração dos recursos primários demandados pelas economias industriais.

O processo de industrialização começa a partir do final do século XIX. Até aí, a região se caracterizava por ser uma grande exportadora de produtos de origem agropecuária e mineral,

especialmente gado, ouro e prata. A base econômica da região antes do começo do século XX era, portanto, especialmente agrária e mineradora e a demanda interna por bens manufaturados era suprida mediante troca por produtos de origem estrangeira, especialmente inglesa. A partir de fins do século XIX começa na América Latina um processo de industrialização denominado processo de substituição de importações, processo impulsionado por um tripé formado por: 1) Estado, 2) capitais de origem nacional e 3) capitais de origem estrangeira. (ANTUNES, 2008)

Desse modo, ainda que o processo de industrialização tenha fornecido um aumento nas atividades nos principais centros urbanos, esse progresso foi limitado e continuou mantendo o caráter dependente do comércio latino-americano com o do exterior. Somente a partir da Grande Crise de 1929 e com a quebra dos grandes mercados mundiais e das novas relações de classes, as importações pelos países da América Latina foram sendo limitadas e dessa forma indústrias centradas no consumo local começaram a ser estabelecidas (HAPERIN, 1968 apud CASTELLS, 1983). Ainda que essa nova fase da industrialização fosse limitada, um grande contingente de desempregados conseguiu ser absorvido, pois a implantação do setor industrial dependia necessariamente da mão-de-obra urbana e acima de tudo, da força do mercado dos grandes aglomerados.

A plena abertura dos mercados ao comércio exterior retornou após a Segunda Guerra Mundial, onde investimentos estrangeiros, antes adormecidos voltaram a encontrar espaço perante ao desenvolvimento da indústria local (FRANK, 1968 apud CASTELLS, 1983). O progresso econômico e dessa forma a urbanização conseguiram, a partir dessas condições, alavancar tanto nos países que já estavam estruturados, como Argentina, Chile, Brasil e México, como naqueles que ainda se encontravam restritos às atividades primárias, Peru e Colômbia (CASTELLS, 1983).

Dessa forma, ao mesmo tempo que grandes transformações eram realizadas nas estruturas das principais cidades, as zonas rurais expeliam para os aglomerados urbanos, grandes quantidades de pessoas em busca de cobrir suas necessidades econômicas e habitacionais. Tratava-se desse modo, de acordo com Maricato (2008) de um “gigantesco movimento de construção de cidade, necessário para o assentamento residencial dessa população bem como de suas necessidades”.

Apesar da velocidade do processo de urbanização ter sido diferente entre as sub-regiões da América Latina, em geral entre os anos de 1950 e 1990, esse fenômeno foi bastante acelerado em todos os países latinos. Segundo relatório da ONU-HABITAT (2012, tradução nossa), as cidades do Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), por exemplo, sempre foram as mais urbanizadas, seguida pelo desenvolvimento urbano acelerado do Brasil desde os anos 70. No Caribe, as situações são mais peculiares em razão das pequenas dimensões dos territórios e Estados e pelos níveis de população urbana e desenvolvimento socioeconômico serem muito díspares. Porém, segundo esse mesmo relatório, a população caribenha em áreas urbanas passou da faixa de 40% a 50% em 1950, para cerca de 66% em 2010. Já na América Central as taxas de urbanização oscilaram nos 50% na Guatemala no período de 1950 e 2010, mas avançaram no Panamá até o índice de 70% nos anos mais recentes (ONU-HABITAT, 2012, tradução nossa).

No Brasil, assim como na Argentina, a maior taxa de crescimento populacional de acordo com Martins (2006), se deu fora dos núcleos centrais, mas ainda dentro do limite da região metropolitana. Entre os anos 1940 e 2000, a população urbana brasileira passou de 26,3% para um total de 81,2% em centros urbanos, um crescimento correspondente a 125 milhões de pessoas em apenas sessenta anos (MARICATO, 2008). No Chile, os *campamentos* se originaram a partir da década de 1960 continuando a se desenvolver até a década de 1980, também por ocasião da migração campo-cidade em busca de melhores oportunidades.

O assentamento dos grandes contingentes de população que afluíam à cidade a cada dia, se deu majoritariamente pela autoconstrução de moradias em arruamentos na periferia das cidades, de baixíssima qualidade, sem infraestrutura, com lotes comercializados a baixo custo e a prazo. (MARTINS, 2006)

Esse movimento migratório se deu de forma precária e insalubre, em direção principalmente às regiões periféricas da urbe. Mesmo que essa população migrante não fosse de baixa renda, conforme Lemos (1991) no espaço da cidade essas comunidades não possuíam condições de comprar habitações decentes, aglomerando-se em cortiços, pensões, favelas e áreas

públicas de difícil ocupação como territórios inundáveis, colinas, mangues e litorais inabitáveis.

Dos mais de 827 milhões de pessoas das regiões em desenvolvimento, cerca de 111 milhões viviam em assentamentos precários em 2010 na América Latina e no Caribe, correspondendo a 23,5% de toda população urbana mundial morando em favelas (ONU-HABITAT, 2010) (Quadro 04). Desse modo, em virtude da definição defendida pela ONU para assentamentos precários, uma em cada quatro pessoas da América Latina viviam em condições de favelas nesse período (GLOBAL INDICATORS DATABASE apud ONU-HABITAT, 2012, tradução nossa).

Quadro 04 - População urbana mundial que mora em favelas (1990 - 2010)

POPULAÇÃO EM FAVELAS URBANAS (MILHARES)						
Principal região ou área	1990	1995	2000	2005	2007	2010
Regiões em desenvolvimento	656,739	718,114	766,762	795,739	806,910	827,690
Norte de África	19,731	18,417	14,729	10,708	11,142	11,836
África Subsaariana	102,588	123,210	144,683	169,515	181,030	199,540
América Latina e o Caribe	105,740	111,246	115,192	110,105	110,554	110,763
Ásia Oriental	159,754	177,063	192,265	195,463	194,020	189,621
Sul de Ásia	180,449	190,276	194,009	192,041	191,735	190,748
Sudeste asiático	69,029	76,079	81,942	84,013	83,726	88,912
Ásia Ocidental	19,068	21,402	23,481	33,388	34,179	35,713
Oceania	379	421	462	505	524	556

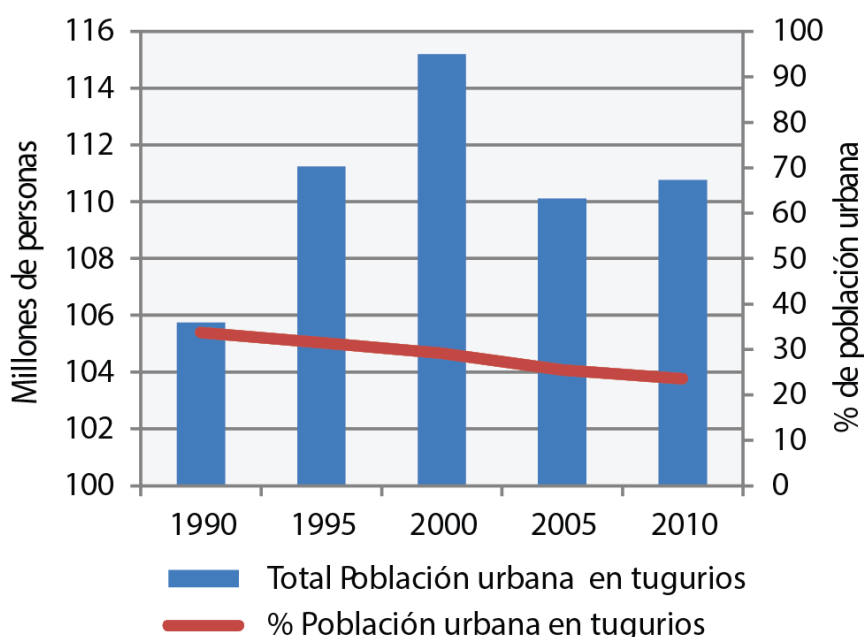
PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO URBANA MORANDO EM FAVELAS (%)						
Principal região ou área	1990	1995	2000	2005	2007	2010
Regiões em desenvolvimento	46.1	42.8	39.3	35.7	34.3	32.7
Norte de África	34.4	28.3	20.3	13.4	13.4	13.3
África Subsaariana	70	67.6	65	63	62.4	61.7
América Latina e o Caribe	33.7	31.5	29.2	25.5	24.7	23.5
Ásia Oriental	43.7	40.6	37.4	33	31.1	28.2
Sul de Ásia	57.2	51.6	45.8	40	38	35
Sudeste asiático	49.5	44.8	39.6	34.2	31.9	31
Ásia Ocidental	22.5	21.6	20.6	25.8	25.2	24.6
Oceania	24.1	24.1	24.1	24.1	24.1	24.1

Fonte: ONU-HABITAT (2010)

Assim como o processo de urbanização e o movimento migratório campo-cidade foram diferenciados em cada cidade latino-americana, as proporções de pessoas vivendo em assentamentos precários também são heterogêneas. A porção de habitantes vivendo em assentamentos precários era em 2010 de aproximadamente de 5% no Suriname, mas cerca de 70% no Haiti (ONU-HABITAT, 2012, tradução nossa). Segundo o Censo de 2010, no Brasil, haviam por volta de 6.329 aglomerados subnormais distribuídos nas principais metrópoles e regiões metropolitanas brasileiras, onde mais de 11,4 milhões de

descompasso do poder público em atender às necessidades. Ainda que esse processo de periferização³ e a formação de aglomerados precários tenha se iniciado desde a metade do século XX, “bem ou mal, de algum modo, improvisado ou não” (MARICATO, 2008) a maior parte do contingente habitacional latino ainda vive hoje nas cidades, onde mesmo que essa população tenha diminuído em proporções ao longo dos anos, em termos absolutos, se manteve em ritmo crescente (Gráfico 02).

Gráfico 02 - Evolução da população urbana em tugúrios⁴ na América Latina e Caribe (1990 - 2010)



Fonte: ONU-HABITAT (2012)

Portanto, apesar dos vários instrumentos de regularização e combate a precariedade criados pelos poderes públicos, setores privados e organizações governamentais dos países da América Latina, esse processo não deixará de ser contínuo e precário ao longo dos próximos anos.

³ Periferização: processo de expansão da cidade que parte das áreas centrais em direção às zonas periféricas.

⁴ Tugurios: denominação para assentamentos precários usada em alguns países da América Latina, como por exemplo Costa Rica e El Salvador.

3 PELAS MÃOS LATINO-AMERICANAS

A atuação de arquitetos e urbanistas mesmo que ainda de forma reservada tem sido progressivamente mais presente nas áreas historicamente desfavorecidas das cidades. De fato, conforme Nogueira (2010), arquitetos planejando para as demandas populares, e assim fora das elites, é relativamente recente, tendo início no século XIX, uma vez que a arquitetura em si enquanto profissão tem origem no contexto dos grandes projetos para clientes da classe alta e abastados, como a Igreja, o Estado, empresas e instituições. Ao longo do tempo, o remanescente populacional que chegava às cidades sem ter lugar para morar, nunca dependeu efetivamente de técnicos especialistas para construir ou reformar suas moradias e por meio de processos autoconstrutivos foi se comportando nas áreas deterioradas do centro urbano, assim como nas zonas mais livres e periféricas das cidades.

Em resposta à intensificação do processo de urbanização, o alastramento de assentamentos precários e a falta de moradia, na América Latina, durante os anos 60 e 70, muitos governos tiveram por iniciativa alojar o remanescente populacional, em grandes superestruturas e blocos de torre, imitando os projetos de habitação do pós-guerra na Europa. Apesar das grandes intenções em solucionar essas problemáticas de forma mais rápida e lógica, muitos dos projetos fracassaram, por conta das realidades sociais e culturais da época. Em razão da maioria da população migrante ser rural, esse contingente dependia da economia de subsistência para sua sobrevivência. Dessa forma, a moradia era vislumbrada não apenas como um lar, mais ainda como um local de produção, onde a forma construída é capaz de oferecer múltiplas oportunidades para o usuário e para seu uso (LEGUIA, 2011, tradução nossa).

Desse modo, uma nova forma de pensar arquitetura surge nessa época e pode ser percebida através da intensificação às críticas ao Movimento Moderno e das várias reformas promovidas no início de 1960, como por exemplo, a reforma urbana do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), formulada no Congresso em 1963, no Brasil (SAULE; UZZO, 2009). Todavia, essa mudança de visão emergente, de certa forma foi inviabilizada pelo autoritarismo dos golpes militares nos países latinos, reaparecendo somente entre os anos de 1970 e 1980, num cenário de abertura gradual e lenta, onde os movimentos sociais

ganhavam mais visibilidade e relevância política, sendo capazes de reivindicarem por reformas que proporcionassem a igualdade ao direito à cidade, à moradia e aos serviços públicos. Com isso, esse despertar para o bem-estar social, engajado com as questões da informalidade criou uma espécie de paradigma internacional que busca por soluções pragmáticas de habitação (CASTLE, 2011, tradução nossa).

Vários tratados e agendas internacionais procuram estimular os Estados e pessoas interessadas em trabalhar por novos caminhos de prosperidade e qualidade de vida mundial. Por exemplo, dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) implantados pela ONU na Agenda 2030, o Objetivo 11 sobre Habitação, estimula os países a tornarem suas cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros e sustentáveis, por meio da promoção de habitações seguras, adequadas e acessíveis e da urbanização de assentamentos em precariedade (ONUBR, 2015). A recente conferência HABITAT III, de maneira a reafirmar esses ODS e a Agenda 2030, convocou todos os Estados membros da ONU a priorizarem a problemática da habitação em suas agendas governamentais, estimulando a participação da sociedade civil, doadores e parceiros do setor privado na conquista das metas mundiais em assegurar a melhoria de vida das 881 milhões de pessoas que vivem hoje em assentamentos precários (ONU-HABITAT, 2015).

O desenvolvimento de melhorias em áreas precárias começou dessa forma, a ser cada vez mais crescente e de forma colaborativa, incluindo conforme Kapp et. al. (2012) a existência de programas públicos, apoio de organizações não governamentais, projetos internacionais, pesquisas acadêmicas e intervenções artísticas e técnicas. Assim, ainda que vários estereótipos estejam ligados à arquitetura, sem olhar a quem, nem diminuindo a importância das necessidades dos diferentes grupos sociais, esse processo tem sido pouco a pouco visto como essencial pelo público popular ao se fazer como não somente uma ferramenta de solução, mas ainda de conscientização e conexão. Adaptável aos diversos cenários, finalidades e usuários é capaz de interligar os pensamentos dos cidadãos e transformar suas percepções acerca do espaço público. Com isso, ao ampliar as discussões sobre a cidade, a arquitetura aciona as questões sociais e rompe barreiras imaginárias entre a cidade formal e a informal.

A arquitetura está presente em todos os âmbitos que o ser humano habita, seja a arquitetura de luxo para a *global class*, seja o urbanismo informal autoproduzido, seja a habitação social para as classes populares ou seja a arquitetura alternativa para os novos modos de vida. (MONTANER, 2016)

Conforme Montaner (2016) “hoje vivemos uma total dualização da arquitetura” existindo aquela, alvo das grandes publicações e sempre a vista dos holofotes e um segundo tipo onde os valores sociais são potencializados, favorecendo a maioria. Dessa forma, o espaço urbano arquitetônico ao responder à “demanda social” dos desenvolvedores e das autoridades, acaba por contribuir, segundo Lefebvre (1976, tradução nossa), ativamente e abertamente para a reprodução das relações sociais.

Enquanto a arquitetura latino-americana dos anos de 1940 e 1950, representada pela arquitetura modernista de Oscar Niemeyer e Luis Barragán, ganhava escopo e atenção em publicações internacionais pela ousadia das formas arquitetônicas e pelas soluções para os problemas de conforto térmico e ambiental dos edifícios, nos últimos anos, exposições como a *Small Scale, Big Change: New Architectures of Social Engagement* curada por Andres Lepik (MoMA, 2010) teve como representantes latinos Teddy Cruz, Alejandro Aravena, Jorge Jáuregui e Urban Think Tank, apresentando novos métodos alternativos de engajamento social (Figura 02). Essa mudança de reconhecimento do papel da arquitetura para a sociedade criou segundo Leguia (2011, tradução nossa) uma reavaliação da função do arquiteto-urbanista na América Latina, como sendo agora um agente de mudança social. “Através de intervenções que reconhecem e legitimam os potenciais de informalidade urbana, designers⁵ começaram a adotar a ‘cidade informal’ como um novo paradigma” (NAVARRO-SERTICH, 2011, tradução nossa).

⁵ Designers como sinônimo para planejadores, projetistas e arquitetos-urbanistas

Figura 02 - A mudança de visão da arquitetura através de exposições



Fonte: Imagem da esquerda – Goodwin apud Scottá (2014); Imagem da direita - MoMA Store [2016?]

Pioneiro nesse processo de transformação de assentamentos precários, o arquiteto nova-iorquino Alfredo Brillembourg, começou seus trabalhos em áreas informais com a ONG Caracas Think Tank, para então transformar seus processos e propostas para essa cidade na firma venezuelana Urban-Think Tank (U-TT) em 1998.

Vistos por si mesmo como “arquitetos contemporâneos trabalhando em zonas de conflito” (NAVARRO-SERTICH, 2011, tradução nossa), o escritório U-TT atua de maneira a proporcionar aos habitantes das comunidades mais precárias melhores condições de acessibilidade e serviço, levando a infraestrutura da cidade formal para a informal. Trabalhando em diferentes contextos urbanos mundiais, dentre eles São Paulo, Caracas, Rusaifah e Kibera, a UT-T tem enfatizado sua atuação no estabelecimento de práticas globais, na forma de “trabalhar globalmente e atuar localmente” e que segundo Brillembourg em entrevista a arquiteta Navarro-Sertich (2011, tradução nossa) o seu principal objetivo tem sido desenvolver melhores práticas de tipologias que possam ser repetidas em diferentes áreas do mundo, mas se adaptando localmente.

Projetos como Metro Cable (Caracas), Fábrica de Cultura: Grotão (São Paulo), assim como o documentário Torre de David, que relata experiência

dos moradores de uma das maiores favelas verticais estabelecidas em um edifício de 45 andares no centro comercial e financeiro de Caracas, exemplificam a importância que esse grupo atribui às zonas mais esquecidas das cidades.

Concluído em 2010, o Metro Cable (Figura 03), conforme descrição de seus autores, foi desenvolvido após numerosas pesquisas, workshops com a comunidade e consultas com especialistas internacionais. Por meio da participação dos moradores, planejadores, arquitetos, ativistas e líderes comunitários, o projeto foi forçado a ser realizado em um simpósio público na Universidade Central da Venezuela, assim que o governo local rejeitou a proposta inicial (U-TT, [2016?], tradução nossa). Esse episódio evidenciou o comprometimento das comunidades locais desde o processo de análise e investigação até os processos finais de aprovação.

A seleção de um sistema de transporte deveria potencializar o desempenho da topografia da região e assim interferir minimamente na trama urbana (U-TT, 2013). Dessa forma, através de um plano chamado “plug-in”, ao invés de ser somente um sistema de transporte teleférico, o Metro Cable foi construído de modo a ser uma estrutura flexível, estabelecendo além de áreas administrativas, espaços culturais e recreativos em suas estações (U-TT, [2016?], tradução nossa).

Figura 03 - Metro Cable Caracas por Urban-Think Tank



Fonte: Baan (2013)

O papel dos arquitetos na nossa sociedade, hoje, no século 21, seria então o de refletir criticamente sobre as questões sociais do nosso tempo, segundo Alfredo Brillembourg (2015, tradução nossa). De maneira a combinar pensamentos multidisciplinares entre arquitetura, estudos sociais e técnicos, paisagismo e mídia, a nova geração de arquitetos deve estar sempre a postos a ser mais ativo e atentar pelas causas das regiões consagradas como precárias.

No Brasil, a assessoria técnica Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (Usina CTAH), desde sua fundação em 1990 tem atuado juntamente a movimentos sociais e comunidades organizadas em contextos de luta pelas Reformas Urbana e Agrária, na construção de alternativas à cidade atual, por meio do desenvolvimento de práticas que incorporem a habilidade de planejar, projetar e construir pelos próprios trabalhadores e moradores locais. Esse processo, está ligado diretamente ao conceito de autogestão defendido pela equipe e que pode ser compreendido

como um tipo de práxis social histórica que demonstrou a necessidade não apenas de participação objetiva (manual) e subjetiva (intelectual) nos processos de tomadas de decisão, mas uma forma de reconciliação entre as dimensões de decisão, planejamento e execução dos processos de produção da vida social (USINA CTAH, 2015)

Dessa forma, por intermédio de uma metodologia que se apresenta flexível e indefinida ao longo de todo o processo, suas ações estão em constante transformação “adaptando-se e adequando-se às mais diversas situações e complexidades” (USINA CTAH, 2015). De maneira a sempre construir o entendimento do processo em um corpo coletivo, a participação comunitária é fundamental para os projetos direcionados pela Usina CTAH (Figura 04).

Figura 04 – Processo participativo assessorado pela Usina CTAH



Fonte: Usina CTAH (2016)

Os primeiros passos durante suas práticas de atuação são as aproximações com os movimentos sociais e grupos organizados através de encontros e conversas que possam desconstruir o paradigma que separa “aqueles que comandam”, técnicos e especialistas, “daqueles que são comandados”, moradores e comunidade local (USINA CTAH, 2015). Assim como o uso de referenciais expande o universo criativo das comunidades locais, suprimindo o consenso de que os assentamentos precários devem ser constantemente de má qualidade, atividades de estímulo às memórias das pessoas são recursos regularmente utilizados pela equipe, de modo a mapear as necessidades locais e os desejos de mudança da população.

De modo a construir o conhecimento coletivo, a ONG Usina CTAH colaborou na concepção e execução de unidades habitacionais, centros comunitários, escolas, planos urbanísticos e projetos de urbanização de favelas em diferentes estados brasileiros, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Na década de 90 o grupo de assessoria participou dos projetos de urbanização das Favelas Senhor dos Passos (Belo Horizonte – MG) e Vila Popular (Diadema – SP). O primeiro, apesar de não ter tido muito êxito em sua concretização – dos

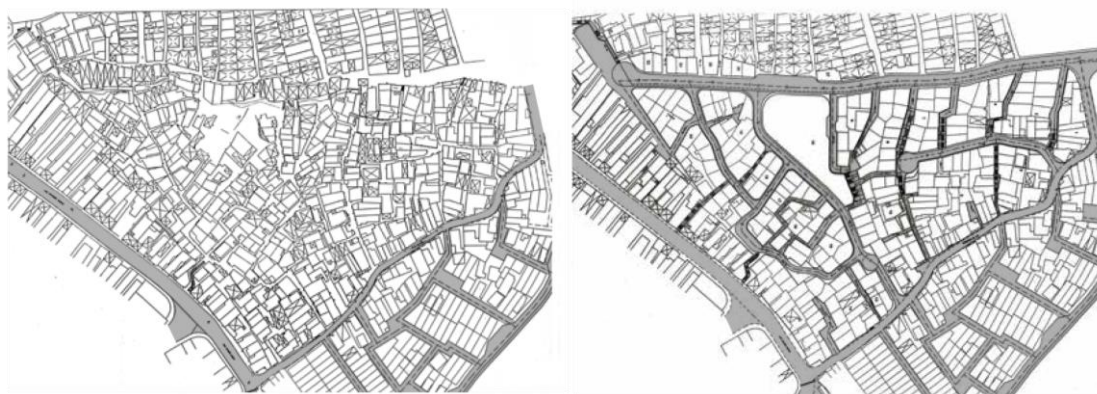
32 prédios planejados somente seis unidades foram construídas, fora da área proposta e sem o acompanhamento da assessoria – serviu de referência para outros projetos de habitação social da ONG. No assentamento Vila Popular (Figura 05), o plano de urbanização proposto abrangia além reconfiguração das vias existentes, com criação de novas ruas e acessos para pedestres, o redesenho dos lotes no interior do assentamento e construção de uma praça central (Figura 06).

Figura 05 – Favela Vila Popular (Diadema – SP)



Fonte: Usina CTAH [201-b]

Figura 06 – Situação existente da Favela Vila Popular (esquerda) e projeto proposto pela Usina (direita)



Fonte: Usina CTAH (2015)

Nos anos mais recentes, entre 2006 e 2012, a Usina CTAH exerceu por exemplo atividades de assessoria no primeiro projeto urbano de habitação popular do Movimento Sem Terra (MST). A Comuna Urbana Dom Hélder Câmara realizada no município de Jandira (São Paulo) foi formada a partir do

encontro de moradores despejados de uma área alagada próxima ao rio Barueri pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) com o MST, a partir do conceito de comuna da terra (USINA CTAH, 2015).

Por ocasião dos procedimentos de despejos terem sido levado adiante e pela derrubada dos barracos, parte das famílias se mobilizaram para uma nova ocupação, não mais espontânea e sim organizada (SILVA, 2015). O edifício ocupado pelas famílias serviu de espaço para encontro e discussões sobre o projeto, que de maneira autogerida pela comunidade incluiu a implantação de 128 unidades habitacionais e instalações comunitárias como anfiteatro, quadra poliesportiva, creche e berçário em uma relação crescente de público-privado (USINA CTAH, 2015) (Figura 07).

Figura 07 – Comuna Urbana Dom Hélder Câmara em construção



Fonte: Usina CTAH [201-a]

Logo, de maneira a criar a figura do trabalhador coletivo, que não se subordina, mas se conecta a todos os integrantes dos processos, como reforça o autor Sérgio Ferro

A Usina desenvolve táticas delicadíssimas, pacientes e respeitadas para desfazer a teia densa e multiforme dos hábitos sociais

decorrentes da inferiorização do trabalhador, para fazê-lo assumir realmente todos os direitos que tem como cidadão livre. Nunca transforma a massa de seus saberes profissionais em álibi de poder. Em vez disso, devolve o máximo possível os saberes saqueados dos canteiros ao longo da história de seu afastamento do desenho, os do *savoir-faire*, bem como tenta transferir as linhas mestras do conhecimento adquirido durante esta separação graças ao privilégio da formação universitária. Isto, sem nenhuma abdicação de sua própria responsabilidade profissional, mas na esperança de uma relação de efetiva igualdade e respeito recíproco (FERRO, 2015).

Além da iniciativa de escritórios, coletivos e ONGs, programas de investimento em assentamentos precários, desenvolvidos pelo poder público, proporcionaram a criação de novas metodologias por arquitetos latino-americanos, demonstrando o grande potencial desses profissionais em poder contribuir para a mitigação da segregação social e da injustiça social (LEGUIA, 2011, tradução nossa).

Na América Latina, programas como o Movimento pela Paz e Vida (Venezuela), o Morar Carioca no Rio de Janeiro (Brasil) e o Projeto Urbano Integral (PUI) em Medellín (Colômbia) internacionalmente reconhecidos tanto pelo grau de importância e porte de intervenção quanto pela oportunidade que têm oferecido à arquitetos-urbanistas em trabalhar com as áreas precárias dessas cidades, evidenciando que a “responsabilidade social e cultural está retornando para a vanguarda da arquitetura contemporânea” (NAVARRO-SERTICH, 2011).

Os Espaços de Paz configurados em 2014 e 2015 na Venezuela, refletem igualmente o total envolvimento entre governo, movimentos sociais, profissionais e comunidades, na elaboração das dez intervenções urbanas que marcam esse projeto. Desenvolvido a partir de uma iniciativa do Governo Federal venezuelano, o Movimento pela Paz e Vida tinha por objetivo proporcionar segurança em bairros ora marcados por altos índices de violência urbana, através da participação comunitária e de intervenções no ambiente construído, criando condições para novas dinâmicas sociais e formas de convivência (SIQUEIRA, M., 2015a).

O coletivo de arquitetura PICO Estudio, direcionados pelas mãos de Marcos Coronel e Juan Carlos Castillo, foi um dos 20 coletivos que coordenaram atividades em 5 comunidades na Venezuela. Mariana Siqueira (2015a) ressalta

que o desenho participativo foi uma das principais estratégias utilizadas pelos arquitetos e que por meio do trabalho em conjunto, os planos de necessidades e as técnicas utilizadas foram sendo decididas. Em sua maioria as intervenções foram construídas por métodos de autoconstrução e a viabilidade de seus recursos foi garantida pelo governo local. De acordo com os arquitetos da PICO Estudio em entrevista a repórter Mariana Siqueira da Revista AU

A participação em todos os níveis, desde sua formulação até a execução, aplicada como mecanismo de autogestão do projeto, envolve o cidadão na construção do espaço público em meio a um processo pedagógico que fortalece a coesão do bairro e o empoderamento coletivo (SIQUEIRA, M., 2015a).

Através da metodologia do urbanismo tático, também conhecido como acupuntura urbana, os coletivos deram enfoque nas intervenções de pequena escala como projetos de praças, mirantes, bibliotecas, centro comunitários e quadra poliesportivas, a fim de conseguirem irradiar sobre o território modificado, um senso maior de comunidade e responsabilidade perante essas infraestruturas e os outros moradores (Figura 08).

Figura 08 – Espaços de Paz (Venezuela)



Fonte: Gonzalez (2015)

Com isso os Espaços de Paz têm ganhado reconhecimento, não somente na América Latina, mas ainda internacionalmente, ao que o arquiteto Marcos Coronel em entrevista a repórter da Revista AU Mariana Siqueira (2015b) relata ter sido fruto tanto das intervenções arquitetônicas, quanto da metodologia utilizada em todo processo em trabalhar a partir da perspectiva de que todos os integrantes no movimento têm seus direitos como cidadãos e saber social suficiente para se auto não excluir e se isolar dos espaços públicos.

Com o objetivo de urbanizar todas as favelas e incorporar o tecido urbano da cidade formal com as regiões menos assistidas do Rio de Janeiro, o Programa Morar Carioca desde o ano de 2010 trabalha de forma a integrar “conceitos de sustentabilidade ambiental, moradia saudável, bem como a ampliação das condições de acessibilidade” (LEITÃO; DELECAVE, 2014) através do investimento público massivo em infraestrutura, espaços públicos, instalações comunitárias e qualificação das moradias (Figura 09).

Figura 09 - Praça do Conhecimento em Nova Brasília, Rio de Janeiro (Brasil)



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro (2015a)

Diferentemente das políticas governamentais do final do século XX, como o Programa Favela/Bairro de 1994 onde conforme Leitão e Delecave (2014) as intervenções encaminhavam-se de modo a modificar o mínimo possível da estrutura territorial das favelas, o Programa Morar Carioca, pelo comando de 40 escritórios de arquitetura e urbanismo selecionados a partir de concurso público, trabalha de maneira a exercer processos alternativos de urbanização e regularização fundiárias nos assentamentos precários cariocas.

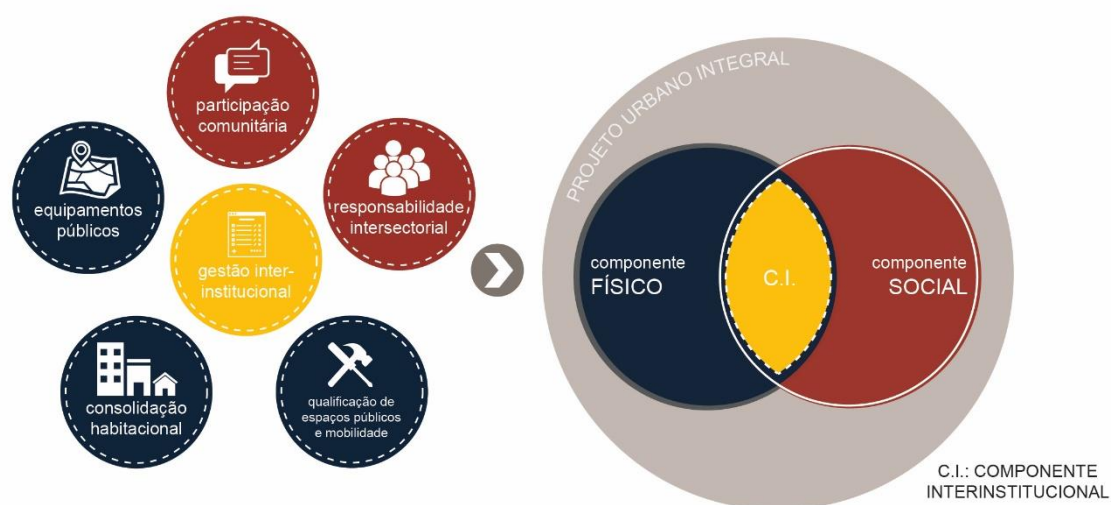
Dessa forma, essas novas operações propõem “expressivas cirurgias no tecido da favela” (LEITÃO; DELECAVE, 2014) pelo fato de proporcionarem além da implantação de teleféricos, aberturas de novas vias e planos inclinados, a assessoria técnica pública e gratuita na construção e reforma de unidades habitacionais. Segundo a Prefeitura do Rio de Janeiro (2015b) em seis anos de funcionamento o programa conseguiu beneficiar cerca de 500 mil moradores de 122 mil domicílios em 226 comunidades incluindo a concessão de 1.162 títulos na Rocinha e a regularização de 7.314 lotes em diversas comunidades.

Em contrapartida, ao longo do processo de implementação do Morar Carioca, vários desafios foram emergindo por conta da extensão dos projetos. A falta de coordenação entre os escritórios, a esfera pública e a população, antes mesmo das obras terem sido iniciadas, já estava prevista pela Secretaria Municipal de Habitação e por profissionais experientes em habitação social (LEITÃO; DELECAVE, 2014). A participação pública efetiva também se construiu de forma falha nos processos, por que mesmo tendo sido apresentada nos memoriais dos trabalhos apresentados no concurso, esse fator é tanto dependente da organização dos moradores quanto da vontade política da prefeitura carioca em abrir mão das decisões finais, segundo Michaels (2013) a maior parte das transformações foi realizada de cima para baixo, comprovando a dificuldade de todos os participantes inerentes ao processo em acordar suas necessidades.

Em Medellín, o conceito de Projeto Urbano Integrado (PUI) leva em consideração o modelo do Urbanismo Social e usa instrumentos de intervenção física, social e a coordenação institucional, para solucionar os problemas urbanos em assentamentos precários informais por meio do processo participativo (MAZO; TAMAYO, 2014, tradução nossa). Estes PUIs criam programas e projetos de geração de emprego e fortalecimento da economia

local, baseados em seis componentes de implementação integrados, sendo eles: participação comunitária, gestão interinstitucional, responsabilidade intersectorial, qualificação de espaços públicos e mobilidade, equipamentos públicos e consolidação habitacional (EDU, 2014, tradução nossa). Ao todo, essas estratégias formam os três eixos de atuação fundamentais para identificação precisa das oportunidades e necessidades das áreas precárias (Figura 10).

Figura 10 - Componentes do Projeto Urbano Integral (PUI)



Fonte: Autora adaptado de EDU (2014)

A liderança dos PUIs e dos projetos dos edifícios menores e dos espaços públicos esteve a cargo do time técnico em diversas disciplinas da Empresa de Desarrollo Urbano (EDU). O desenvolvimento urbanístico de Medellín contou ainda com o arranjo de concursos nacionais de arquitetura para as edificações mais simbólicas, como os parques-biblioteca (ECHEVERRI, 2013).

A equipe de trabalho se caracterizou por ser conhecedora da vida urbana, comprometida com os ideais e sensível com os temas sociais. É quando começa o processo de transformação urbana, social, educativa e cultural da cidade. Foi proposta uma estratégia política que afetou a paisagem construída, e também a paisagem social, e promoveu um modelo para a tomada de decisões que continua até hoje. Lidaram com a desigualdade social e com a violência com intervenções sociais que buscam gerar oportunidades para os habitantes. Foram desenhados planos de investimento público cujo conceito era mudar a ideia de segurança: começa-se a pensar em segurança como um produto da construção

social, da convivência, não como um serviço garantido por uma instituição externa à sociedade. (MAZZANTI, 2012)

O sistema de transporte público é considerado como o pioneiro para a transformação das áreas precárias de Medellín. Segundo Ghione (2014), por meio do sistema de cabo aéreo Metrocable, e a integração com o sistema de ônibus e micro-ônibus, o acesso às áreas mais remotas dos bairros foi garantida de forma criativa, atendendo tanto sua finalidade principal de transportar as pessoas quanto estimular a cultura cidadã e a civilidade (Figura 11).

Figura 11 – Metrocable no bairro de Las Independencias em Medellín (Colômbia)



Fonte: Equipo Editorial (2015)

Com o tempo de deslocamento e os custos das passagens diminuídos, foram sendo consolidados espaços públicos de permanência para os moradores assim como os projetos de infraestrutura para a requalificação das residências (MAZZANTI, 2012). Dentre esses lugares, o parque linear é uma das principais ações implementadas através do EDU no território urbano de Medellín, de forma a integrar e valorizar o patrimônio natural da cidade, promove a preservação de áreas abertas para a apropriação de pedestres e ciclistas (GHIONE, 2014).

Ao todo, o PUI Nororiental que serviu de base para os outros PUI desenvolvidos na cidade, conforme DNP apud Mazo e Tamayo (2014) originou cerca de 125.000m² de espaço público em 20 bairros distribuídos nas comunas 1 e 2, onde 170.000 pessoas moravam, não sendo somente espectadores, mas ainda mão de obra para a construção. Em pesquisas recentes de satisfação, segundo Ghione (2014), sobre a qualidade de vida nas onze cidades principais da Colômbia, Medellín lidera assuntos como educação, serviços de saúde, sistema de transporte e qualidade do espaço público, estado das ruas e calçadas, sendo 84% dos entrevistados manifestantes de orgulho pela cidade.

Ao explorar essas experiências em assentamentos precários de diferentes cidades e nações latino-americanas, foi possível compreender características similares no que diz respeito às suas metodologias em todo o processo de implantação das intervenções. Mesmo não sendo algo restrito a somente esses programas e escritórios, esses modelos de atuação, servem atualmente como inspirações para outros arquitetos-urbanistas e poderes públicos a serem mais ativos perante o combate às carências e às más qualidade de moradia das pessoas. Diante disso, é fundamental que o trabalho nas áreas mais necessitadas seja contínuo e permanente afim de beneficiar todos os habitantes e quebrar as barreiras que separam a considerada informalidade da formalidade assim aceita.

4 A PARTICIPAÇÃO COMO ORDEM DO DIA

Por acreditarem que o mundo se tornou cada vez menor, projetistas socialmente responsáveis nas últimas décadas, tomaram para si a oportunidade e não mais somente a responsabilidade de realmente se envolverem e realizarem mudanças no ambiente urbano (SINCLAIR, 2006). Com esse crescente interesse no mundo da arquitetura pelas concepções voltadas para a conscientização social, o processo participativo se configurou ao longo dos últimos anos de modo a assegurar os desejos e opiniões de todos os cidadãos na construção da cidade. A fim de responder os desafios impostos pelas diferenças sociais e pelas políticas públicas de interesse coletivo, a intensificação do uso de métodos participativos no desenvolvimento dos projetos urbanos, buscou ampliar oportunidades de todas as pessoas se responsabilizarem e se envolverem efetivamente na transformação de seus ambientes construídos.

Em uma democracia participativa, os planos de decisão coletivos são altamente descentralizados por todos os setores da sociedade, de modo que todas as pessoas possam aprender novas habilidades e efetivamente contribuir para os projetos (SANOFF, 2006, tradução nossa). Em lugares onde os recursos e competências técnicas são escassos, o projeto inovador, sustentável e colaborativo pode fazer total diferença na vida das pessoas (SINCLAIR, 2006). O processo participativo tem papel fundamental na construção da capacidade e capacitação dos vulneráveis e marginalizados que são tipicamente excluídos do processo de construção da cidade (FREDIANI et al., 2011, tradução nossa).

Design participativo é uma atitude sobre uma força de mudança na criação e gestão de ambientes para as pessoas. Sua força reside em ser um movimento que atravessa fronteiras profissionais tradicionais e culturais (SANOFF, 2006, tradução nossa).

O envolvimento de uma ampla gama de interessados no desenvolvimento do ambiente urbano leva o processo participativo a atravessar uma abundância de fronteiras profissionais, tradicionais e culturais da sociedade, dentre funcionários governamentais, ONGs, organizações internacionais, representantes comunitários e grupos empresariais. Desse modo, o método

colaborativo melhora a implementação do projeto pois diminui as possíveis contradições insurgentes entre os envolvidos em sua dinâmica e contribui para a redução dos riscos, assegurando a conclusão antecipada do projeto (FREDIANI et al., 2011, tradução nossa).

Ao inserir os residentes locais nas decisões de desenvolvimento das regiões desfavorecidas, o programa participativo, segundo Frediani et al. (2011, tradução nossa), torna-se uma proposta politicamente rentável, pois atrai a atenção e o financiamento nacional e internacional. Além de superar as restrições de recursos por meio do apoio da comunidade e dos financiadores, o uso do conhecimento local inserido nas práticas de participação, assegura a autenticidade das decisões tomadas às necessidades dos moradores, reforçando a sustentabilidade e a democratização e descentralização dos meios (IMPARATO; RUSTER, 2003, tradução nossa). Além de mobilizar e convergir interesses em diferentes estâncias, conseguem definir os desejos, as necessidades e os problemas locais, captar informações precisas, descobrir alternativas de intervenções, criar vínculos de parceria, fornecer a continuidade dos trabalhos e reduzir a dependência da comunidade (HAMDI, 2014).

Figura 12 – Aspectos relacionados às práticas de participação



Fonte: Hamdi (2014)

No contexto da América Latina, segundo a autora Graciela Landaeta (2004) pelo processo de urbanização ter tido como única escolha “normalizar”

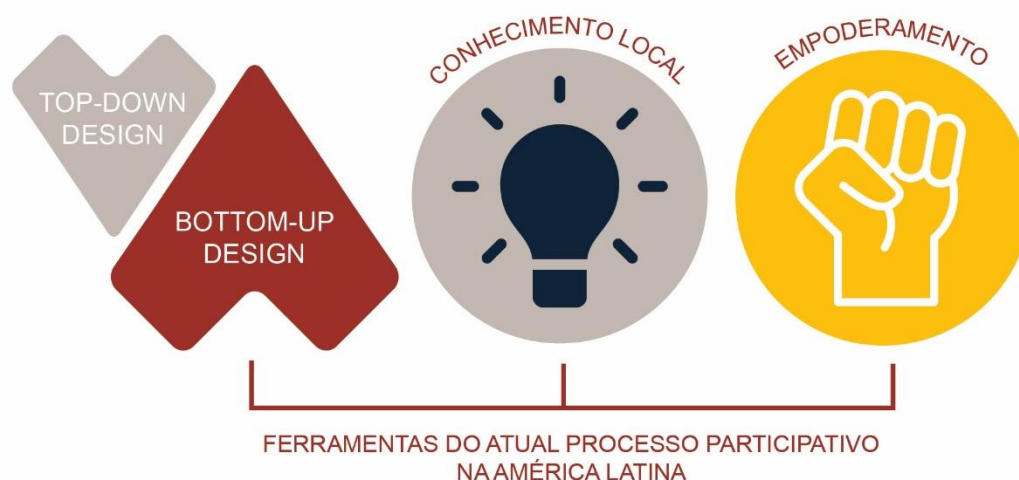
os milhares de agregados urbanos às margens dos “sistemas formais de habitação” por meio da regularização e da provisão de crédito dos governos, nas primeiras décadas, a produção de habitação pelas pessoas foi taxada de forma negativa, no sentido de haver maneiras “certas” e “erradas” de promoção habitacional. Dessa forma, a autoconstrução e a participação popular nas decisões de desenvolvimento dessas regiões mais desfavorecidas eram vistas como responsáveis pela má qualidade dos ambientes nas áreas precárias.

A mudança de visão segundo Sachs apud Landaeta (2004, tradução nossa), e a então participação definitiva das pessoas se origina no cenário final da Segunda Guerra Mundial, na então “era de desenvolvimento”, quando a crise econômica afeta os países dessa região e conforme Lopes et al. (2010), a indústria da construção civil nos anos 1960 fica mais intensa e os resultados da reconstrução emergencial das cidades no pós-guerra começam a ser questionados.

Dessa forma, ativistas sociais, trabalhadores de campo e organizações internacionais percebem que os projetos de desenvolvimento falharam muitas vezes por ocasião das pessoas terem sido afastadas dos processos. A inclusão dos cidadãos passou a ser um requisito na obtenção de melhores resultados, pois mesmo que envolvidos e participando ativamente nos projetos, os recursos financeiros não se transformaram em grandes barreiras para os objetivos alcançados (LANDAETA, 2004, tradução nossa).

As atuais propostas participativas (Figura 13) no contexto latino-americano, são vistas por Landaeta (2004, tradução nossa) como legitimadoras da ampla participação social, e que fornecem aos moradores a oportunidade de desenvolver habilidades e redes de que tanto precisam para enfrentar sua exclusão. A mudança das tomadas de decisões públicas no estilo *top-down* (de cima para baixo), em abordagens de design *bottom-up* (de baixo para cima), a inclusão do conhecimento local por meio de ações participativas e o uso de metodologias de empoderamento, proporcionam o surgimento de sociedades cada vez mais equitativas ao garantirem poder suficiente a população antes excluída das decisões de caráter coletivo (LANDAETA, 2004, tradução nossa).

Figura 13 – Ferramentas do processo participativo



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Em pesquisa sobre estratégias de desenvolvimento de áreas precárias na América Latina, Imparato e Ruster (2003, tradução nossa) defendem participação como um processo no qual as pessoas, especialmente as mais desfavorecidas, influenciam na alocação dos recursos e na formulação e implementação dos programas e políticas, estando envolvidas em diferentes níveis e graus de intensidade na identificação, tempo, planejamento, design, inserção, avaliação e em todos os estágios de pós-implementação e desenvolvimento dos projetos. Sendo possível assim, como atenta Bordenave (1994) “fazer parte” de uma iniciativa, “sem tomar parte” dela, ou seja, ser integrante de uma causa, mas não ter responsabilidades diretas sobre ela. Fato que diferencia a participação passiva e a ativa assim como as diferentes nuances de engajamento dos cidadãos.

Ora, mesmo dentro da participação ativa, isto é, entre as pessoas que “tomam parte”, existem diferenças na qualidade de sua participação. Algumas por exemplo, sentem “ser parte” da organização, isto é, se consideram como “tendo parte” nela e lhe dedicam sua lealdade e responsabilidade. Outras, embora muito ativas, talvez levadas pelo seu dinamismo natural, não se professam uma lealdade comprometida com a organização e facilmente a abandonam para gastar suas energias excedentes em outra organização (BORDENAVE, 1994).

Bordenave (1994) pontua 6 maneiras de participar na sociedade e que definem dessa forma, o grau de dedicação e influência das pessoas na tomada de decisões da cidade, sendo elas: a *participação de fato*, que desde o começo

da humanidade se origina no núcleo familiar, nos grupos religiosos e nas tarefas de subsistência; a *participação espontânea*, que se apresenta de maneira mais natural, onde os participantes dos grupos se comportam de forma fluida, sem uma organização regrada nem objetivos definitivos; a *participação imposta*, que obriga seus membros a realizarem atividades consideradas obrigatórias e indispensáveis; a *participação voluntária*, derivada da própria busca de seus participantes em criar um grupo com propósitos comuns e métodos de trabalhos; a *participação provocada*, ou mesmo dirigida e manipulada por agentes externos de modo a alcançar seus objetivos individuais a custas da manipulação de outros grupos e finalmente a *participação concedida*, legitimada a partir da hierarquia no grupo, onde os indivíduos superiores garantem uma pequena parte de atuação aos seus subordinados (Figura 14).

Figura 14 – Modos de participação conforme Bordenave



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Esses modos de participação configuram, dessa maneira os processos micro e macro de representação das pessoas na sociedade. Tida como uma associação natural entre duas ou mais pessoas em prol de uma atividade comum, sem a espera por benefícios pessoais e imediatos, Bordenave (1994) ressalta que a microparticipação constrói caminhos para a macroparticipação, ou seja, para participação macrossocial, que compreende a dinâmica das pessoas na modificação e na construção de uma sociedade sem setores ou marginalização (Figura 15).

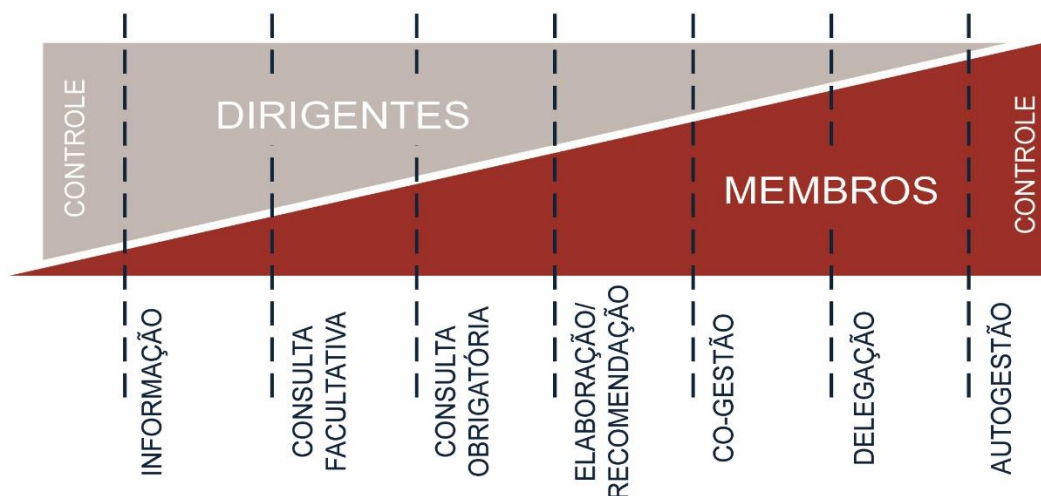
Figura 15 – Diagrama de micro e macro participações segundo Bordenave



Fonte: Autora adaptado de Pinheiro (2016)

Uma sociedade plenamente participativa é com isso a configuração em diferentes graus de todas as microparticipações que compõe a participação macrossocial. Esses níveis de representação podem variar, conforme apresenta Bordenave (1994) desde o menor grau da escala, o de informação, onde somente são repassadas para as pessoas as decisões previamente estabelecidas pelos dirigentes, até o de maior nível de atuação da população em si, o de autogestão onde o grupo determina seus próprios objetivos e estabelece seus controles sem alusão a uma entidade externa (Figura 16).

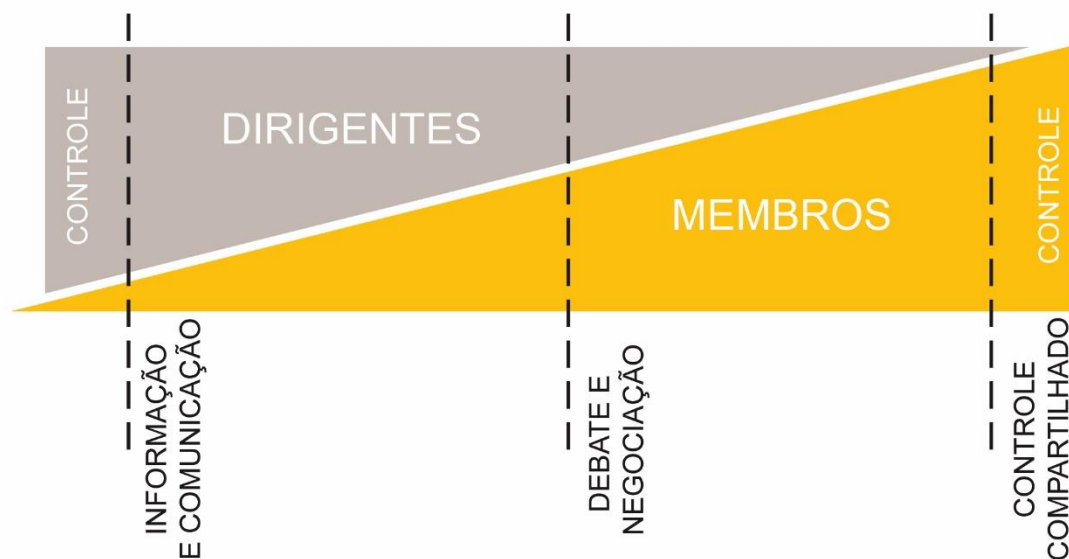
Figura 16 – Graus e níveis de participação segundo Bordenave



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Fundamentados nas definições e nos cinco diferentes graus de participação defendidos pelo professor Reinhard Goethert⁶, os autores Imparato e Ruster (2003) ilustram três níveis de processo participativo, baseados em estudos de casos na Bolívia, Brasil, Costa Rica, México e Peru. O primeiro grau percebido por esses autores diz respeito ao de informação e comunicação, seguido do de debate e negociação nas tomadas de decisão e por último, o nível mais alto de administração dos recursos pela comunidade, ainda que o controle seja compartilhado com a instituição que promove o programa ou projeto. Esses três níveis, segundo seus autores são passíveis de serem verificados em conjunto ou separadamente em diferentes combinações nas várias atividades dos projetos (Figura 17).

Figura 17 – Graus e níveis de participação segundo Imparato e Ruster



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

⁶ Reinhard Goethert é Professor Associado na Escola de Arquitetura e Planejamento do MIT e defende a ideia de que os diferentes tipos de participação podem ser traduzidos em cinco diferentes níveis e intensidades, podendo variar entre nenhuma participação, somente informação, consulta, controle partilhado e total controle (GOETHERT, 1998 apud IMPARATO; RUSTER, 2003).

O primeiro grau de participação corresponde a ausência tanto da comunidade quanto dos agentes externos, os níveis de informação e consulta condiz com as estratégias de comunicação e negociação e finalmente os controles compartilhados e total conferem à comunidade maior poder na administração das tomadas de decisão (IMPARATO; RUSTER, 2003).

De modo geral, um projeto tem um maior nível de participação quando a comunidade e os atores externos estão envolvidos em cada uma dessas três componentes. Na maioria dos casos, apesar das estratégias participativas estarem limitadas aos níveis 1 e 2, quando não são desenvolvidas para qualquer um dos três aspectos mencionados acima, significa a não existência de participação (IMPARATO; RUSTER, 2003, tradução nossa).

As práticas de atuação dos arquitetos e urbanistas em comunidades são delineadas em três tipos de grupos diferentes por Kapp et. al. (2012) podendo ser tecnocrática, missionária e artística. A atuação nos assentamentos precários no primeiro tipo caracteriza o profissional como um agente contratado pelo Estado, onde suas ações são pré-estabelecidas por diretrizes do poder público e dessa forma, trabalham de maneira a implementar desde melhorias emergenciais a projetos de grande porte, tanto no caráter individual quanto no global, por meio de processos participativos ou impositivos, mas sempre seguindo as regulamentações do governo.

Justamente essa predefinição de objetivos, normas e procedimentos é a principal característica da atuação tecnocrática. O arquiteto pode cumpri-los com convicção, resignação ou espírito crítico, mas é fato que não pode mudá-los radicalmente no contexto de trabalho específico. (...). Seu método de trabalho não é determinado pela sua própria vontade, muito menos pela vontade dos moradores (KAPP et. al., 2012).

A atuação missionária conforme Kapp et. al. (2012) compreende o atendimento técnico direto às famílias ou grupos de moradores por meio independente ou através da associação dos escritórios com entidades mais amplas como organizações não governamentais e instituições de ajuda humanitária. “O arquiteto assume a tarefa de transferir a cultura ou o conhecimento do seu campo para um público que nunca teve acesso a ele, e tampouco dependeu dele para produzir seu espaço” (KAPP et. al. 2012). O desenvolvimento desse tipo de intervenção se faz por meio de esquemas mentais originários da própria socialização entre as pessoas, e por se mostrar de forma sutil, acabam por não ter consciência do andamento do processo.

O modo artístico de atuação por sua vez, vai de encontro aos processos tecnocráticos e missionários, e dessa forma procura transformar a percepção das áreas precárias por meio de intervenções que possam contribuir para o aumento das discussões acerca dos impactos das grandes iniciativas públicas em tentar embelezar e monumentalizar esses lugares (KAPP et. al. 2012). Intervenções como o *Favela Painting* (Figura 18) e o *Faces of Favelas* (Figura 19), são exemplos desse tipo de atuação e apresentam grande visibilidade na mídia, por difundirem através de pinturas coloridas abstratas ou figurativas e aplicações de retratos de moradores sobre papel, uma imagem contrária à criminalidade e insegurança dos assentamentos favelizados. O ganho simbólico dos artistas, desse modo, se dá de maneira relativamente fácil e apesar de enaltecerem a participação popular, seus projetos reforçam a exclusão social, pois inserem os moradores como somente trabalhadores manuais, sendo a real imagem promovida, a do artista e do patrocinador.

Figura 18 – Projeto *Favela Painting*, no Rio de Janeiro



Fonte: *Favela Painting* (2010)

Figura 19 – Projeto *Faces of Favela* pelo artista JR, no Rio de Janeiro



Fonte: JR (2008)

Essas três formas de processos (Figura 20) desse modo, conforme Kapp et. al. (2012) caracterizam o grau de abertura dos escritórios de arquitetura em permitir que decisões e ações sejam tomadas pelas comunidades. São considerados por esses autores, processos negativos como aqueles criadores de novas dependências para os moradores e avaliados como positivos, os que ampliam tanto o poder político quanto o espacial. A autonomia coletiva e dessa forma a habilidade dos grupos em determinarem a produção e o funcionamento de seus espaços, faz parte de um cenário mais promissor do que somente a participação popular em si, uma vez que

Enquanto essa última sugere moradores convidados num processo cuja estrutura foi definida pelos profissionais ou pelo Estado, autonomia implica processo orquestrados pelos moradores, nos quais os profissionais e o Estado seriam os (eventuais) convidados (LOPES et. al. 2010; KAPP, BALTAZAR, 2012 apud KAPP et. al. 2012)

Figura 20 – Formas de atuação dos escritórios de arquitetura em comunidades



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Mesmo que inseridos em diferentes níveis e graus de atuação, a ideia fundamental do projeto participativo é a total colaboração entre os diferentes setores envolvidos na completa elaboração dos projetos a ponto de levá-los a um certo grau autônomo, não sendo os moradores somente fornecedores do programa de necessidades ou mero provedores dos recursos da obra e coautores do projeto (LANA, 2007), mas sim, sendo cidadãos ativos e envolvidos na sua criação e gestão, em vez de serem tratados somente como consumidores passivos (SANOFF, 2006, tradução nossa). Esse acontecimento faz com que os habitantes locais tenham pleno direito em reivindicar suas necessidades e oferecer a oportunidade para que estejam envolvidos nas decisões que afetam suas vidas, seus meios de subsistência e bem-estar.

Quanto maior o grau de participação de uma comunidade, maior o seu sentimento de pertencimento ao seu núcleo comunitário. Maior ainda se torna a probabilidade dessas pessoas em responderem positivamente aos problemas que as afligem, estando dispostas a contribuir com seu tempo e recursos para atender às necessidades gerais (MORRIS, 1996 apud SANOFF, 2006, tradução nossa). Uma vez que, esse processo tem a capacidade de fortalecer os argumentos dos habitantes com base em suas próprias necessidades, além de expandir suas noções sobre arquitetura e ilustrar seus direitos urbanísticos, por incluir quem nunca fez parte dos processos de decisão (DE CARLO, 1999 apud BARONE; DOBRY, 2002).

Todavia, independente do senso de comunidade igualitária estar inserido no conceito de participação, vale lembrar que qualquer lugar específico, não é realmente lar de uma comunidade, mas de uma multiplicidade de atores, sejam eles corpos coletivos ou indivíduos, sendo alguns mais fortes e outros mais fracos e com suas necessidades, pontos de vista e ideais políticos específicos (IMPARATO; RUSTER, 2003, tradução nossa). Constituindo assim necessário conhecer a tipologia das estruturas das comunidades, compreendendo seus lugares, interesses, práticas e culturas, suas organizações e hierarquias (HAMDI, 2014).

Apontadas pelo arquiteto e urbanista Camillo Boano, nas palavras do autor José Manuel Gúzman (2016), as variáveis poder, autor e saber, dentro do desenho participativo criam uma tensão geradora de questões fundamentais, relativas ao comando do processo participativo, ao produto final e ao público a que se destina. Dessa maneira, “o urbanismo participativo não existe como modelo”, nem “a participação não se ensina, se descobre” segundo Boano, por esses fenômenos não serem capazes de originar um modelo universal de réplicas, correspondendo estritamente a cada uma dessas resoluções e aos seus diferentes meios e processos em que se desenvolvem (GÚZMAN, 2016).

O processo participativo deve ser assim, conforme Gúzman (2016), não mais um acessório nas transformações urbanas, mas um elemento chave que permite vincular todas as formas de vida que se dão dentro da cidade. Esse processo se faz necessário porque se conduz de forma eficiente e equitativa ao construir o senso de comunidade e de economia local, fatores fundamentais para o bem-estar e para o desenvolvimento humano e por conseguir expandir as liberdades e escolhas das pessoas e suas capacidades de levar a vida que valorizam (HAMDI, 2014).

Incorporando a figura do arquiteto-operário, que não se sobressai, mas se incorpora ao processo e onde as transformações não são feitas apenas “para” a comunidade, mas ainda “pela” comunidade (FRANCO, 2014), esse profissional torna-se responsável por impulsionar a capacidade das pessoas em combater as problemáticas do meio hostil onde se encontram e enriquecer o sentimento de pertencimento de todos os cidadãos envolvidos, utilizando das metodologias que melhor lhe convém.

5 ESTUDOS DE CASOS

Tendo por base as pesquisas apresentadas acerca do contexto das cidades latino-americanas e de suas condições de precariedade, no qual os escritórios de arquitetura e urbanismo se inserem como força de combate a essas problemáticas, foram escolhidos três casos de estudos que exemplificam a forma de atuação desses profissionais junto às comunidades e suas diferentes práticas de introdução do processo participativo na transformação dos assentamentos precários.

A investigação dos grupos ELEMENTAL (Chile), Al Borde (Equador) e Atelier Metropolitano (Brasil) foi fundamentada em informações extraídas de publicações, entrevistas e palestras realizadas pelos próprios arquitetos e por outros pesquisadores, de maneira a contribuir para o conhecimento acerca do legado da arquitetura e do urbanismo da América Latina.

5.1 ELEMENTAL

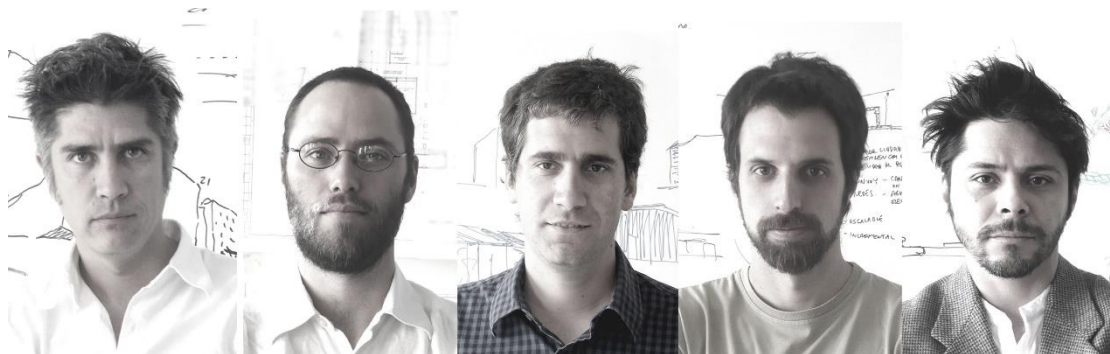
Fundada em 2001 e baseada em Santiago, a companhia chilena ELEMENTAL, auto se denomina como uma “Do Tank”⁷, ao estabelecer projetos de interesse público e impacto social, incluindo habitação, espaço público, infraestrutura e transporte, como seu foco principal de atuação. Desde 2006, esse escritório tem trabalhado em parceria com a Universidad Católica de Chile e com a Compañía de Petróleos de Chile – COPEC, executando diferentes tipos de programas em vários países ao redor do mundo, como Brasil, Estados Unidos, China e Suíça.

⁷ O conceito de “Do Tank” se aplica para o escritório ELEMENTAL em oposição ao termo “Think Tank”, grupos de especialistas que se permanecem mais no campo dos pensamentos do que da ação e onde conforme SOUZA (2008) se caracterizam por serem instituições de pesquisa independentes voltadas para a disseminação do conhecimento e ideias sobre diferentes assuntos como política, comércio, indústria, estratégia, ciência e tecnologia.

Por ter como marca a inserção de práticas participativas em suas atividades, os arquitetos Alejandro Aravena, Gonzalo Arteaga, Juan Cerda, Diego Torres e Victor Oddó (da esquerda para a direita na Figura 21) e toda sua equipe técnica, trabalham em estreita colaboração com o público e os usuários finais, na busca pela consciência social ao exercer projetos que exploram a capacidade da cidade em criar riquezas e fornecer atalhos para a igualdade, melhorando a qualidade de vida das pessoas sem ter que esperar por uma redistribuição de renda (ARAVENA, 2011, tradução nossa). Ou seja, lutam pelo combate a indiferença a partir dos recursos e das vontades inseridos no próprio ambiente onde se encontram para atuar.

Se queremos voz, se queremos ter ideia de algo que poderia ser melhorado, nós desenvolvemos um projeto. Se não houver nenhum cliente, criamos um cliente. Tentamos identificar os fundos e abordar questões que achamos que são relevantes através de propostas. Tentamos organizar a realidade em uma proposta concreta, não apenas em infinitos diagnósticos. Nós não somos consultores. E penso que a essência da arquitetura está na organização das informações numa proposta estruturadora (ARAVENA, 2016).

Figura 21 – Arquitetos responsáveis pela ELEMENTAL, da esquerda para a direita Alejandro Aravena, Gonzalo Arteaga, Juan Cerda, Diego Torres e Victor Oddó



Fonte: Zumtobel Group (2014)

Em entrevista concedida ao website ArchDaily logo após a sua nomeação ao Prêmio Pritzker 2016, o arquiteto sócio-diretor Alejandro Aravena aborda um de seus pensamentos bases para a elaboração dos projetos dentro da ELEMENTAL. A arquitetura para ele tem o poder de traduzir todas as forças de ameaças e potenciais em formas, ou seja, “se há algum poder na arquitetura é o poder de síntese” (ARAVENA, 2016), onde quanto maior a complexidade do

ambiente a ser transformado, maior é a necessidade de simplificar e canalizar as medidas a serem adotadas em um projeto. Com a abordagem configurada a disseminar a conscientização social da arquitetura, o grupo ELEMENTAL passa a ter por princípios

(1) pensar, projetar e construir melhores bairros, moradias e infraestrutura urbana para promover desenvolvimento social e superação do ciclo de pobreza e iniquidade de nossas cidades; (2) implantar projetos nas mesmas condições de mercado de quaisquer outros, projetando para “conseguir mais com o mesmo” e (3) garantir valorização incremental e retorno do investimento ao longo do tempo, de forma a parar de se pensar estas ações como mera despesa social (LUCCHESI, 2013)

Com isso, é perante a escassez dos recursos nos ambientes de precariedade, que o escritório opera desde o início de seus trabalhos, na mudança de visão que a habitação popular sempre esteve associada à falta de conhecimento e renda, sendo estipulada como causa das áreas de moradias degradadas (ARAVENA, 2011, tradução nossa). O objetivo dessa empresa passou a ser, conforme Aravena (2011, tradução nossa), o de gerar um cenário técnico que pudesse garantir ganho de valor ao longo do tempo sem a necessidade de mudar as políticas existentes ou as condições de mercado. Surge dessa forma, a ideia força do escritório em criar possibilidades de melhorias habitacionais a partir das competências de construção dos próprios moradores.

A informalidade, a favelização, não é o problema, mas pode ser parte da solução para a velocidade e a escala que necessitamos dar soluções às pessoas vindo para as cidades. A autoconstrução, em vez de ser um problema, como temos vistos até agora, provavelmente seja a única maneira, de resolver, esse desafio que temos como planeta (ARAVENA, 2014).

O desenvolvimento da tipologia “casa metade pronta” aparece pela primeira vez no projeto do Conjunto Habitacional Violeta Parra na comunidade de Quinta Monroy, no centro da cidade de Iquique no deserto chileno. Ocupado durante 30 anos de forma ilegal, cerca de 100 famílias viviam em condições de precariedade e insegurança, em um lugar onde espaços público e privado se confundiam criando verdadeiros labirintos em seu interior (Figura 22).

Figura 22 – Comunidade Quinta Monroy antes das intervenções



Fonte: El Planz Arquitectura (2012)

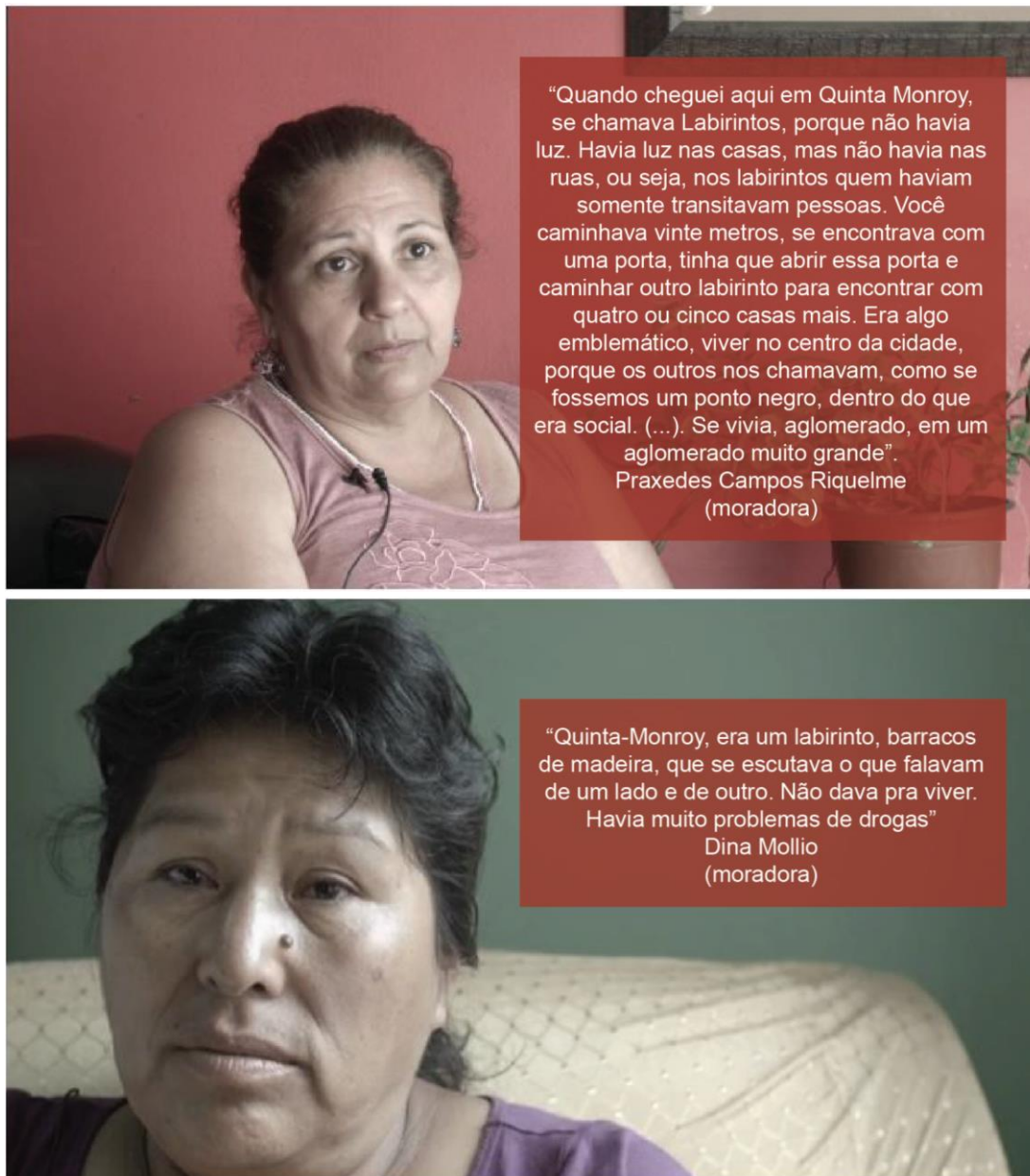
Em 2002, por meio do Programa Chile Barrio, o escritório ELEMENTAL pode ser convidado pelo Governo do Chile a trabalhar na transformação desse assentamento.

A oportunidade de desenvolver este site permitiu que a ELEMENTAL testasse seus próprios critérios de projeto desenvolvidos para assegurar que cada unidade fosse apreciada em valor para que a habitação social pudesse se tornar um investimento social em vez de uma despesa social. O sucesso foi conseguido identificando claramente as restrições e depois trabalhando com as próprias famílias em oficinas participativas, provando viabilidade no nível local (ARAVENA, 2011, tradução nossa).

Depoimentos relatados na web série “Revolução através do Design” (2013), produzida pelo grupo Himawari8, mostram visões de diferentes atores pertencentes ao projeto da Quinta Monroy. Praxedes Riquelme e Dina Mollio, por exemplo, descrevem algumas das dificuldades vivenciadas pelos moradores durante os 30 anos de ocupação, mas também chegam a valorizar as mudanças

proporcionadas pelo programa, mesmo que muito deles já estivessem desacreditados nas promessas do poder público (Figura 23).

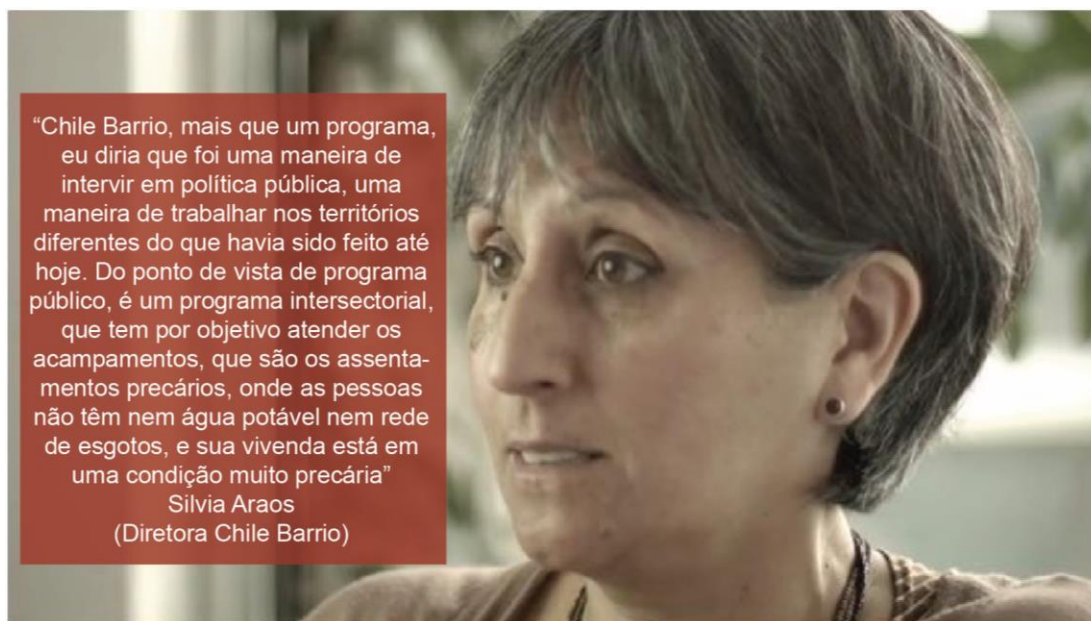
Figura 23 – Relatos de moradores na web série “Revolução através do Design”



Fonte: Autora adaptado de Himawari8 (2013)

Em complemento a diretora do Chile Barrio, Silvia Araos, a partir da perspectiva do órgão financiador e responsável, faz um panorama geral dessa política pública, acreditando ter sido um programa diferente dos muitos que o governo já havia tentado implantar (Figura 24).

Figura 24 – Relato de Silvia Araos na web série “Revolução através do Design”



Fonte: Autora adaptado de Himawari8 (2013)

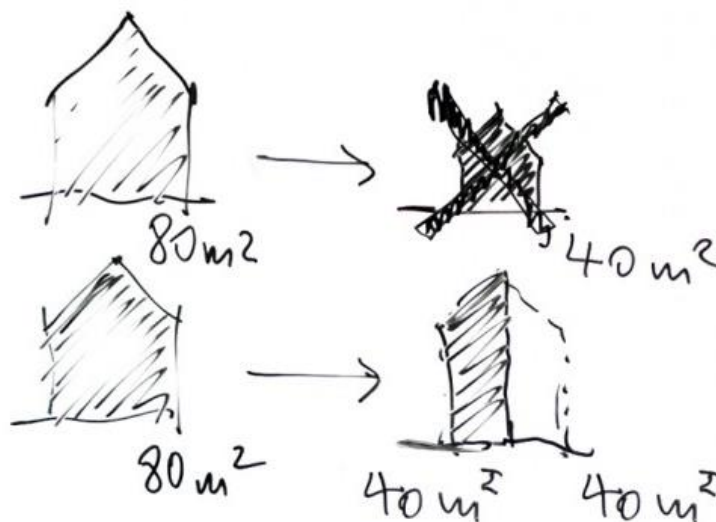
Esses diferentes relatos evidenciam a dificuldade em relacionar as diversas demandas pelos habitantes locais e combinando com as exigências e restrições dos agentes públicos. A acomodação das cem famílias moradoras dessa área precária altamente adensada, com um subsídio de US\$ 7.500 dólares por família, e que no melhor dos casos permitiria a construção de 36 metros quadrados em uma localização da cidade (ELEMENTAL, 2007), acabou por se tornar um dos maiores desafios para o ELEMENTAL.

Uma vez que a inexistência de meios suficientes para se construir habitações confortáveis, pressiona o mercado a produzir edificações cada vez menores (ARAVENA, 2014), a solução desdobrada pelo escritório em conjunto com a comunidade, foi construir nesse lote de 5.000 metros quadrados, unidades habitacionais de 40m², e que tinham o potencial de serem expandidas em ambos pavimentos e que dessa maneira corresponderiam à metade daquilo que é razoavelmente necessário em uma casa de classe média de 80m² (Figura 25).

Evidências demonstram que uma família de classe média vive razoavelmente bem em 80m². Se temos dinheiro público para que a habitação social tenha esse tamanho e essa localização, então não existe um problema, mas o que acontece quando não temos esse dinheiro? As habitações que países como os nossos são capazes de entregar por meio de subsídio, meios públicos, estão em torno dos 40m². O que fizemos no ELEMENTAL foi nos

perguntamos: Os 40m² que se pode pagar com dinheiro público poderiam ser metade de uma casa com DNA de classe média, com os 80m²? Metade de uma casa boa é melhor que uma casa pequena inteira – e que metade fazemos? Com o dinheiro público deveríamos construir as partes que as famílias não iriam conseguir fazer por conta própria, então identificamos essas partes (ARAVENA, 2013).

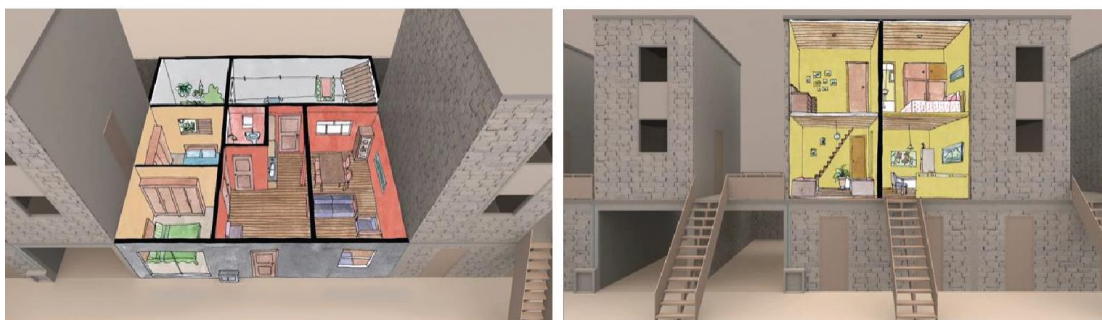
Figura 25 – O remanejamento dos recursos pelo escritório ELEMENTAL



Fonte: Bellia (2013)

Dessa maneira, os recursos foram sendo remanejados de forma a “privilegiar” a implantação da infraestrutura básica (divisões, paredes contra incêndio, escadas e cobertura) e das áreas mais custosas e necessitadas pelos moradores, como banheiros e cozinhas. Recintos como quartos e salas, vão sendo integrados ao longo do tempo, dependendo somente do morador auto construí-los nos 40m² remanescentes (Figura 26).

Figura 26 – Modelos de expansão nas habitações de piso térreo e superior



Fonte: Himawari8 (2013)

Por meio de ações participativas (Figura 27), o diálogo entre o profissional e a comunidade tornou-se essencial e no intuito de se identificar corretamente o que as pessoas ansiavam, nas etapas de investigação, as perguntas, se voltavam mais para as questões e para o entendimento da problemática do que para as respostas e soluções prontas (ARAVENA, 2014). Com isso, em todas as suas fases de projeto os moradores trabalharam em conjunto ao escritório, participando desde a concepção até o acompanhamento das obras e por meio de oficinas de orientação e cursos gratuitos, foram sendo preparados de modo a conseguirem expandir suas casas (BELLIA, 2013).

Figura 27 – Processo participativo no projeto Quinta Monroy



Fonte: Figuras acima – Design Other 90 Network (2011); Figura esquerda abaixo - Himawari8 (2013); Figura direita abaixo - El Planz Arquitectura (2012)

Dessa forma, o escritório ELEMENTAL atua em seus projetos de interesse social, de maneira a sempre instigar a habilidade das pessoas em terem maior autonomia na construção de seus espaços, aumentando o valor de pertencimento desses habitantes às suas comunidades (Figura 28).

Figura 28 – Apropriação dos moradores após construção do conjunto habitacional



Fonte: ELEMENTAL (2007)

A “incrementabilidade”, segundo Aravena em entrevista a web série do grupo Himawari8 (2014), apesar de não ser um processo novo, se tornou inovador ao entender a habitação como capaz de adquirir padrões melhores, por consequência do potencial da autoconstrução. Com isso, esse tipo de “habitação incremental”, tornou-se com o tempo quase uma assinatura do ELEMENTAL em várias de suas outras intervenções, por conseguir lidar com os orçamentos limitados do poder público e ainda assim, fornecer habitações a preços baixos atendendo as necessidades de seus moradores (STOTT, 2013).

Recentemente, além do projeto da Quinta Monroy, os planos feitos para as intervenções de Monterrey, Lo Barnechea e Villa Verde (Figura 29), foram disponibilizados pelo escritório como uma forma de inspirar outros arquitetos a contribuírem com soluções para os problemas de moradia que o mundo está enfrentando em sua rápida urbanização (PACHECO, 2016).

Figura 29 – O processo de incrementabilidade inserido no projeto de habitação



Fonte: PACHECO (2016)

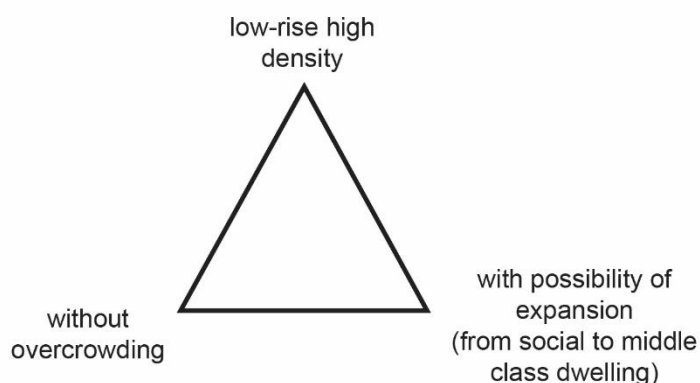
Em conjunto, esses quatro projetos, focam em três princípios: (A) nos processos mais difíceis, (B) naquilo que não pode ser realizado individualmente e (C) em caminhos que garantirão o bem comum no futuro, formando uma base para o qual o ELEMENTAL denominou de “ABC da habitação incremental” (ELEMENTAL, 2016), e que seguem cinco critérios básicos de design, sendo eles:

1. Boa localização: onde os projetos por possuírem densidade populacional o suficiente, são capazes de pagar por locais bem localizados.
2. Crescimento harmonioso ao longo do tempo: a construção estratégica da primeira metade (divisões estruturais, paredes contra incêndio, banheiro, cozinha, escadas e telhado) faz com que a expansão seja programada graças a essa infraestrutura e não apesar dela. A combinação das performances e ações individuais, é essencial para personalização em vez da deterioração do bairro.
3. Traçado urbano: introduzido entre o espaço privado (lotes) e o espaço público (rua), o espaço coletivo, passa a ser adequado a não mais do que 25 famílias, de forma a sempre manter os acordos sociais.
4. Fornecer estrutura para o cenário final de crescimento (classe média) e não apenas para a inicial.

5. DNA de classe média: planejar para o cenário final de pelo menos 72m² ou 4 quartos (3x3m), com espaço para armário ou cama de casal. Os banheiros não devem ser na porta da frente (onde são localizados os quartos), devendo incluir uma banheira e não apenas um chuveiro, além de um espaço para máquina de lavar roupa. Havendo a necessidade de estacionamento para pelo menos um carro.

Ou seja, seguindo uma abordagem, conforme Sarkis (2016) de produção não de diagramas, mas de fórmulas e equações, o grupo ELEMENTAL concretiza seu processo de “incrementabilidade”, de modo a balancear três características fundamentais: balancear principalmente o crescimento de unidades habitacionais de baixa densidade, sem a superlotação populacional, mas com a possibilidade de expansão e implementação de melhorias nas moradias (ELEMENTAL, 2016) (Figura 30).

Figura 30 – ABC da Habitação Incremental



Fonte: Autora baseado em ELEMENTAL (2016)

Esses procedimentos são para esse escritório, uma prova de que a habitação social e o poder de autoconstrução das pessoas podem ser canalizados de maneira a enfrentar os problemas da massiva urbanização, levando benefícios para as comunidades onde são implementados ao aceitar restrições tanto orçamentárias quanto governamentais.

5.2 Al Borde

Iniciado em 2007 na cidade de Quito, no Equador como um grupo de workshop, o escritório equatoriano Al Borde tem atuado atualmente em diferentes projetos, conferências, ateliers e exposições ao redor do mundo. Reconhecido por seu corpo técnico como um estilo de vida, a companhia se constrói diariamente a partir das experiências alcançadas com as mãos no trabalho, colocando-se longe das teorias e altamente ligado às realidades locais (AL BORDE, [200?]).

O estabelecimento de uma prática que se constitui como um contínuo trabalho em progresso, acaba por se tornar uma consistência nas ações tomadas entre todos os membros da Al Borde, ou seja a facilidade de serem adaptáveis e flexíveis é a base para que a atuação dessa firma seja possível (KLOPPENBURG, 2016). Os arquitetos Pascual Gangotena, David Barragán, Marialuisa Borja e Esteban Benavides (da esquerda para a direita na Figura 31), com isso, tentam ser consistentes na abordagem de uma arquitetura mais humana por meio do uso mínimo de recursos, colocando-se na fronteira entre arte e arquitetura e utilizando a escassez, não como desculpa, mas como algo estético e político (RAMÍREZ, [200?]).

A prática de Al Borde é motivada principalmente pela sua interface com as comunidades, integrando inúmeras pessoas de diferentes ocupações e status social em cada etapa do processo de um projeto. Enquanto a equipe muitas vezes aceita comissões para projetos privados, workshops e produções sociais colaborativas são componentes inerentes à sua prática (KLOPPENBURG, 2016).

Eles desenvolvem uma espécie de "discussão íntima de lugar" e como uma ética de trabalho, propor um design que se origina da "inteligência comum". Através de vários projetos, os arquitetos geram dinâmicas de intercâmbio social onde as pessoas projetam a partir de sua própria consciência coletiva. Al Borde é um projeto contundente que questiona continuamente a ideia de uma arquitetura governada pela disciplina e impulsionada pelo capital (RAMÍREZ, [200?]).

Figura 31 – Arquitetos responsáveis pelo escritório Al Borde, da esquerda para a direita, Pascual Gangotena, David Barragán, Marialuisa Borja e Esteban Benavides



Fonte: Al Borde [201-]

A arquitetura flexível e adaptável do Al Borde, foi desafiada logo no começo de sua carreira, em 2009, a desenvolver uma série de projetos extremamente particulares e em condições muito incomuns, na comunidade rural, da cidade praiana de Puerto Cabuyal (Equador). Composta por aproximadamente 40 famílias alto suficientes, a pesca e o cultivo da terra representam a intensa relação dessas pessoas com seu habitat natural (KLOPPENBURG, 2016).

A demanda pela construção de uma escola surge, com isso, na tentativa de servir aos filhos dos pescadores e agricultores locais e das vilas mais próximas, uma vez que segundo, o professor Felipe Gangotena e cliente direto do projeto, uma boa parte da população dessa região é analfabeta e a maioria não terminou a escola primária (ENTRE-TEMPS, 2014). Desse modo, a Escola Nueva Esperanza (Figura 32) e suas edificações complementares foram desenvolvidas em um processo arquitetônico dividido em três etapas: Nueva Esperanza, Esperanza Dos e a Última Esperanza.

Figura 32 – Escola Nueva Esperanza, em Puerto Cabuyal (Equador)



Fonte: Al Borde (2010)

Em Nueva Esperanza, ao tomarem por base as lições da comunidade como orientações para suas estratégias, o escritório Al Borde, pode verificar que muitas de suas primeiras concepções para a edificação se constituíam em falsas expectativas. O uso de materiais reciclados, por exemplo, conceito original para a escola, não foi bem aceito por Felipe Gangotena, por esse tipo de recurso não ser uma realidade para o ambiente onde se encontravam, pois diferentemente da cidade, na praia não são produzidas grandes quantidades de resíduos constantemente (KLOPPENBURG, 2016).

O entendimento de que cada contexto apresenta possibilidades de soluções extremamente específicas passou a ser uma das principais premissas do escritório. Esse método chamado por “sustentabilidade do senso comum” pelo Al Borde, conforme Kloppenburg (2016) torna o uso de materiais e metodologias familiares aos seus clientes, uma forte ferramenta de intervenção.

A proposta se baseou dessa maneira, em utilizar os mesmos materiais e técnicas construtivas recorridos pelos pescadores na construção de suas próprias casas: uma base de madeira sobre estacas, paredes de bambu, estrutura de madeira e teto de tecido ou palha (AL BORDE, 2010). Por meio do processo participativo, inserido através de maquetes e desenhos colaborativos

(Figura 33), os arquitetos da Al Borde afirmam ter envolvido a comunidade ainda em todo o processo de construção “pois era impossível de fazer sem eles”, sendo a maior diferença relatado pelo escritório, ter acontecido na concepção e conceituação do espaço da escola, que sai dos padrões do mercado, no intuito de promover um ambiente mais ativo e relacionado ao ambiente natural ao qual as crianças estavam acostumadas.

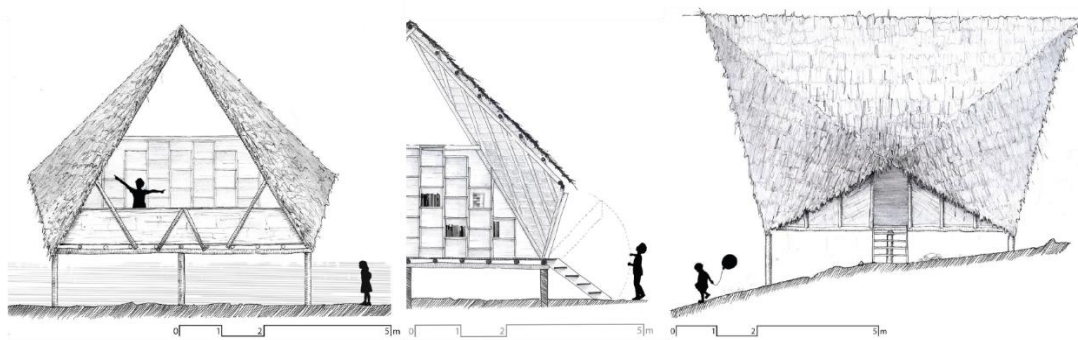
Figura 33 – Participação da comunidade na construção da Escola Nueva Esperanza



Fonte: Al Borde (2010)

A escolha por um projeto intimamente ligado à natureza se concretiza desse modo, no formato de barco (Figura 34) que diferentemente da maioria das escolas tradicionais em forma retangular e feitas de concreto, a Nueva Esperanza possibilita às crianças descobrirem novos mundos potencializando suas habilidades e seu senso criativo.

Figura 34 – “O Barco” Nueva Esperanza em Puerto Cabuyal (Equador)



Fonte: Al Borde (2010)

Solicitados em 2011 para a extensão da escola, a segunda etapa do projeto Esperanzas Dos, também contou com o envolvimento ativo da comunidade local. Conforme o arquiteto Barragán em entrevista a Kloppenburg (2016), a companhia Al Borde trabalhou desde o início da proposta em conjunto com um antropólogo a fim de explorar “diferentes tipos de metodologias de participação”, decidindo-se por “envolver a comunidade no sistema de tomada de decisão que definiria as partes específicas dos espaços”. Seguindo critérios similares ao primeiro projeto na comunidade, o uso de materiais e técnicas construtivas locais foram extremamente necessários para que a população estivesse conectada e pertencente ao projeto.

Os recursos que tínhamos foram os que definiram o projeto: materiais de forma irregular. Ferramentas de pesca e agricultura. Trabalhadores fortes e qualificados que não compreendem a exatidão em termos de centímetros. O apoio de voluntários da cidade que entendem centímetros, mas não têm experiência de trabalho. E uma área específica com limites distorcidos. Ficou claro que o projeto iria dispensar planos de topografia, não precisaria AutoCAD ou Neufert (AL BORDE, [2011?])

A formação de um sistema simples e de mínima complexidade foi segundo o Al Borde capaz de adaptar às variáveis imprevisíveis da terra, do trabalho e dos materiais, permitindo a discussão do desenho e as decisões no momento da construção (Figura 35).

Cada pessoa tinha uma tarefa preferida na construção e involuntariamente se tornou bom nisso. Então começou um processo de aperfeiçoamento das técnicas; isso conduziu à

criação de especialistas em cada atividade, otimizando os processos. Finalmente, a transferência de conhecimento para outra pessoa é o que acabou enriquecendo a equipe. As possibilidades do sistema permitiram que o edifício parasse de crescer quando a equipe o considerasse necessário (AL BORDE, [2011?]).

Figura 35 – Processo participativo no desenvolvimento da Esperanza Dos



Fonte: Al Borde (2011)

Com um processo lógico baseado na construção coletiva e no entendimento do escopo do sistema, a comunidade pode se apropriar do projeto, até o ponto de não precisarem mais dos arquitetos. O objetivo final dessa forma, foi promover um diálogo entre os membros do escritório e as pessoas da comunidade, tanto no processo de concepção do projeto quanto no de construção, de modo que o resultado final correspondesse não somente às necessidades e preferências de todos os usuários, mais ainda levasse em consideração o envolvimento da empresa juntamente aos esforços da comunidade, originando uma estrutura onde as melhorias e a presença do grupo seriam eventualmente desnecessárias (KLOPPENBURG, 2016).

Em todos os projetos comunitários que realizamos sempre trabalhamos em uma lógica de transferência de tecnologia propiciando a autonomia comunitária. Por isso, se a comunidade

necessita ampliar ou modificar, o que podem fazer livremente porque previamente conheceram como funciona essa tecnologia e a executam sem correr riscos estruturais. Essa sensação de não ser necessário, nos parece alucinante já que leva empoderamento cidadão e essa lógica nos interessa muito. Quando a participação como conceito se tornou moda, se criou um problema porque as pessoas chamam participação a qualquer coisa e essa condição de moda obriga aos arquitetos inserir processos participativos de qualquer maneira (AL BORDE, 2016).

A Última Esperanza se caracteriza dessa maneira, como uma etapa final de toda uma metodologia de melhoria de qualidade de vida dos moradores de Cabuyal. Ao perceberem a influência dos dois primeiros projetos na arquitetura local, a equipe Al Borde em vez de responder às novas demandas, decidiu por executar uma “escola de arquitetura” que reforçasse as capacidades construtivas da população, diminuindo cada vez mais a presença deles na comunidade, visando sua alto-suficiência. Por meio de uma série de workshops (Figura 36), os arquitetos desenvolveram uma metodologia que envolvia o desenvolvimento da capacidade dos moradores de Cabuyal em analisar e sintetizar ideias abstratas e transformá-las em espaços concretos, uma vez que esses habitantes já estavam cientes de suas realidades e conheciam os materiais e processos de construção, introduzidos em Nueva Esperanza e Esperanza Dos.

A metodologia de projeto consiste em um processo que começa sem ideias preconcebidas. Em seguida, os alunos fazem uma investigação exaustiva sobre as variáveis que estão incluídas no projeto. Começamos com a casa do professor convidado e, em seguida, o Jardim de Infância como um verdadeiro projeto de exercícios, para que os alunos investigassem sobre o tema, então eles analisaram e sintetizaram os dados em uma ideia de conceito e modelos conceituais. Uma vez que o objetivo foi claro, eles traduziram o em um modelo construtivo usando tecnologia e materiais locais (AL BORDE, 2013).

Figura 36 – Worskshops da etapa da Última Esperanza



Fonte: Al Borde (2013)

Esse conjunto de projetos ensinou aos membros do Al Borde que a colaboração é muito mais útil do que um conjunto específico de habilidades ou conhecimentos, "que um mais um não é dois, mas mais - por causa do incalculável efeito multiplicador do trabalho em equipe" (KLOPPENBURG, 2016). Quando requeridos a trabalhar em diferentes processos, os arquitetos do Al Borde estão "sempre preparados para enfrentar a vida sem esperança e sem medo, sem esperança de sucesso e sem medo de falhar (...), estão se perguntando sobre o que é necessário na vida e o que é necessário na sociedade. Fazem projetos que às vezes são arquitetônicos, às vezes com organizações, às vezes com arte de rua, mas, finalmente, são divertidos" (KLOPPENBURG, 2016).

5.3 Atelier Metropolitano

Localizado no Rio de Janeiro e com mais de 20 anos de experiência, o estúdio Atelier Metropolitano, conforme é descrito por seus arquitetos, se comporta como uma estrutura produtiva e criativa capaz de atuar nas áreas de

urbanismo, arquitetura e paisagismo, direcionada principalmente aos órgãos públicos federais, provinciais ou municipais e instituições públicas e privadas, na consultoria e apoio técnico-profissional na elaboração de programas e projetos de articulação física e social (JAUREGUI, [200?]). Trata-se dessa forma, de operar nas escalas, pequena, média, grande e territorial das cidades articulando as diferentes variáveis de cada caso exposto pelos clientes, oferecendo-lhes respostas de custo-benefício e relacionando questões como público e privado, social e individual, econômico e ecológico, ético e estético.

Desde 1994, pelo comando do arquiteto argentino radicado no Brasil, Jorge Mario Jáuregui (Figura 37), o atelier tem contribuído com projetos de gestão, regularização e desenvolvimento de áreas precárias do Rio de Janeiro, participando dos programas Favela Bairro e Rio Cidade, e na urbanização de bairros cariocas favelizados, pelo programa Morar Carioca e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos complexos do Alemão e de Manguinhos, assim como no Núcleo Habitacional da Rocinha. Com isso, se caracteriza por reunir principalmente, trabalhos em bairros carentes e favelas do Rio de Janeiro, tendo por base o conhecimento das atividades e redes locais, como meio de valorizar o território atuante, através da incorporação de edificações de interesse público e social (MORA, 2014).

Figura 37 – Jorge Mario Jáuregui, fundador do Atelier Metropolitano



Fonte: Mora (2014)

Ao ter se encontrado na arquitetura e no urbanismo, no conflito entre a cidade formal e a informal, desde meados dos anos 90, Jáuregui ao longo de seu trabalho, no Atelier Metropolitano, tem desenvolvido o conceito de “direito à beleza”, como uma forma de expressar os desejos da população em tornar seus ambientes mais dignos e capazes de oferecer qualidade de vida, pela introdução da beleza como uma questão além da estrutural (MORA, 2014). Ou seja, essa ideia surge a partir da percepção de que a demanda do belo pelas comunidades das áreas precárias, é tão importante quanto a implantação de equipamentos públicos, infraestrutura, acessibilidade e habitação (FRACALOSSO, 2011). Desse modo, o tratamento urbanístico, arquitetônico e paisagístico conforme afirma Fracalossi (2011), se traduz em objetos e espaços que levam novos significados a cidade informal, e podem se configurar desde uma escola, uma biblioteca, um centro de saúde até mesmo na forma de instalações de apoio como banheiros e vestiários, contribuindo para a reconfiguração dos lugares.

Os programas de urbanização de favela, que o estúdio Atelier Metropolitano se insere, como o Morar Carioca e o PAC, lidam justamente com a bipolaridade entre a cidade formal e a informal, por conta dos grandes contratos sociais, da má distribuição de renda e das más políticas urbanas (GONÇALVES, 2009). A interdisciplinaridade entre os diferentes grupos sociais torna-se desse modo, um aspecto fundamental para a realização de trabalhos nas áreas de conflito executadas por esta companhia, como meio de interpretar as várias demandas da população.

Apesar do arquiteto-urbanista ser o coordenador e responsável por canalizar e sintetizar todas as decisões projetuais no Atelier Metropolitano, Jorge Mario Jáuregui em entrevista a José Costa Pina, na matéria “Construir a partir de Conflito”, afirma ter em seu escritório equipes de trabalho de origens e formações muito variadas durante diferentes períodos, constituídas por além de arquitetos-urbanistas, engenheiros civis de várias especialidades (trânsito, infraestruturas, contenções, etc.), geógrafos, sociólogos, assistentes sociais, consultores de programação artística e cultural, psicanalistas e filósofos, representando um forte estímulo intelectual ao trabalho.

O sistema de Teleférico do Complexo do Alemão e seu conjunto de estações e projetos complementares (Figura 38), são exemplos de políticas

inseridas nos programas de requalificação de favelas entre os anos de 2008 e 2011 no município do Rio de Janeiro. Coordenadas pelo estúdio Atelier Metropolitano e por intermédio do PAC e financiamento do MCidades e da Caixa Federal Econômica (Caixa), essa série de obras no Complexo do Alemão, alterou consideravelmente a paisagem nessa região do subúrbio carioca.

Figura 38 – Sistema de Teleférico do Complexo do Alemão, Rio de Janeiro (Brasil)



Fonte: Governo do Rio de Janeiro (2011)

O fato das estações aparecerem no mesmo campo visual junto da Igreja da Penha e o Cristo Redentor, constitui um fato relevante. E por estarem próximas da Igreja pode se perceber claramente a “função simbólica” dela no sentido da “elevação vertical” através das suas duas torres (vistas como duas agulhas) em contraste com os tetos brancos horizontais das estações que remetem à condição terrena da comunicação humana. Assim, além de “localizar” o Complexo no território da cidade, as estações fazem alusão, por contraponto com a Igreja, a esse sentido “comunicacional” das estações. (HELM, 2011)

Dessa maneira, o tratamento urbanístico, arquitetônico e paisagístico levantado por Fracalossi (2011), na intervenção do Atelier Metropolitano, se realiza na conexão que esse conjunto teleférico apresenta em relação ao sistema de transporte e a paisagem do Rio de Janeiro. Ao se integrar com a atual rede de trens metropolitanos da cidade, esse teleférico, promove uma maior

mobilidade aos seus usuários por envolver diferentes tipos modais em um mesmo sistema. A implantação de novas unidades habitacionais, o tratamento de espaços de convivência e a construção das estações como postos sociais possuidoras de bibliotecas, centros de saúde, cívico e apoio jurídico, creches e comércios, contribuem para que a nova paisagem edificada eleve a condição dos moradores a novos marcos de visibilidade e cidadania (Figura 39).

Figura 39 – Unidades Habitacionais e Centro Cívico do Complexo do Alemão



Fonte: Jáuregui [200-]

A forma de atuação, portanto, desse estúdio nas áreas da cidade informal se caracteriza por ser, de acordo com Jáuregui, claramente, diferenciada da atuação na cidade formal, principalmente no que se refere à "escuta das demandas", pois o diálogo se restitui de maneira mais interativa no ambiente mais necessitado. Com isso, em qualquer área da cidade para esse arquiteto, o projeto deve se desenvolver a partir da leitura da estrutura do lugar para depois serem formuladas as propostas, ou seja, a demanda não deve ser respondida, mas sim interpretada, não podendo ser desenhado diretamente

aquilo que é solicitado, mas sim ser processado no tempo necessário aquilo a ser respondido (JÁUREGUI, 2015).

Na área informal não há possibilidade de imposições, nenhum projeto deve partir ou ser elaborado sem conhecer o lugar, sem caminhar, sem escutar, sem vivenciar, sem observação atentamente o lugar. É preciso ouvir as pessoas que nele vivem e inteirarmo-nos dos seus problemas, expectativas, desejos, e daí detectarmos o potencial manifesto e o oculto. Há que saber diferenciar a demanda latente da demanda explícita ou manifesta. Esta é a metodologia básica para qualquer projeto de intervenção na área formal ou informal da cidade; ela reflete a sensibilidade da arquitetura e do urbanismo contemporâneos no que se refere ao meio ambiente, sempre muito ferido pela ação humana (JÁUREGUI, [2005?])⁸.

Em 2004, na elaboração do Projeto de Articulação Urbanístico e Social e no Plano de Desenvolvimento Sócio Espacial da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, Mário Jorge Jáuregui refere-se à criação do Comitê Comunitário e da Agência de Desenvolvimento por parte da comunidade desse complexo habitacional, como sendo uma referência de incorporação da população no projeto de interesse social. Uma vez que, essas organizações comunitárias, são verdadeiros canais de articulação da comunidade e do território atuante, com os vários representantes do governo e da sociedade civil, tem-se a construção de novas condições sociais com base no desenvolvimento de uma democracia consultiva. Conforme relata o arquiteto Jáuregui, no memorial do projeto, buscou-se, com isso, construir um “diálogo com a cidade”, a partir do envolvimento dos moradores locais e ainda por meio da oferta de escolhas para a comunidade por meio da “escuta” das exigências e das oportunidades de detecção dessas (Figura 40).

⁸ Jorge Mário Jáuregui em entrevista a Henrique dos Santos: Arquiteto Rio-Angola 2004 - 2005

Figura 40 – Reunião com o Comitê Comunitário e audiências públicas



Fonte: Jáuregui [200-]

Em relação à participação da população, esse fator adquire diferentes conotações ao longo das intervenções, que segundo Jáuregui (2015), apresenta quatro momentos fundamentais em todo o processo de investigação. O primeiro se faz a partir do conhecimento do lugar, realizado não somente com reuniões e convocações com os líderes comunitários, mas ainda por meio do convívio frequente durante vários meses na comunidade de maneira a entender a estrutura do lugar e criar uma relação de diálogo com os habitantes. O segundo momento, se dá a partir do contrato do escritório com o poder público e o retorno do Atelier Metropolitano à comunidade de forma a firmarem parcerias com moradores locais, que servirão como consultores e informantes do que acontece e se vê no lugar.

O terceiro momento é caracterizado pelo início da construção dos projetos, cuja construtora tem por obrigação de contratar 40% da mão de obra

local. Em entrevista ao arquiteto-urbanista Antônio Barbosa e aos antropólogos Rachel Paterman e Alberto Goyena, no website Vitruvius, Jorge Mário Jáuregui (2015) exemplifica o caso Complexo do Alemão, onde, duas mil pessoas, mil homens e mil mulheres, foram contratadas nas obras do PAC, gerando um grande movimento de capacitação e empoderamento na comunidade (Figura 41). Por último, a quarta etapa é concebida ao término da obra, com a instalação no local da intervenção do POUISO (Posto de Orientação Urbanístico e Social), que conta com uma equipe de funcionários da prefeitura formada por arquiteto, engenheiro e assistente social, todos responsáveis pela regularização e mediação de conflitos pós-obras.

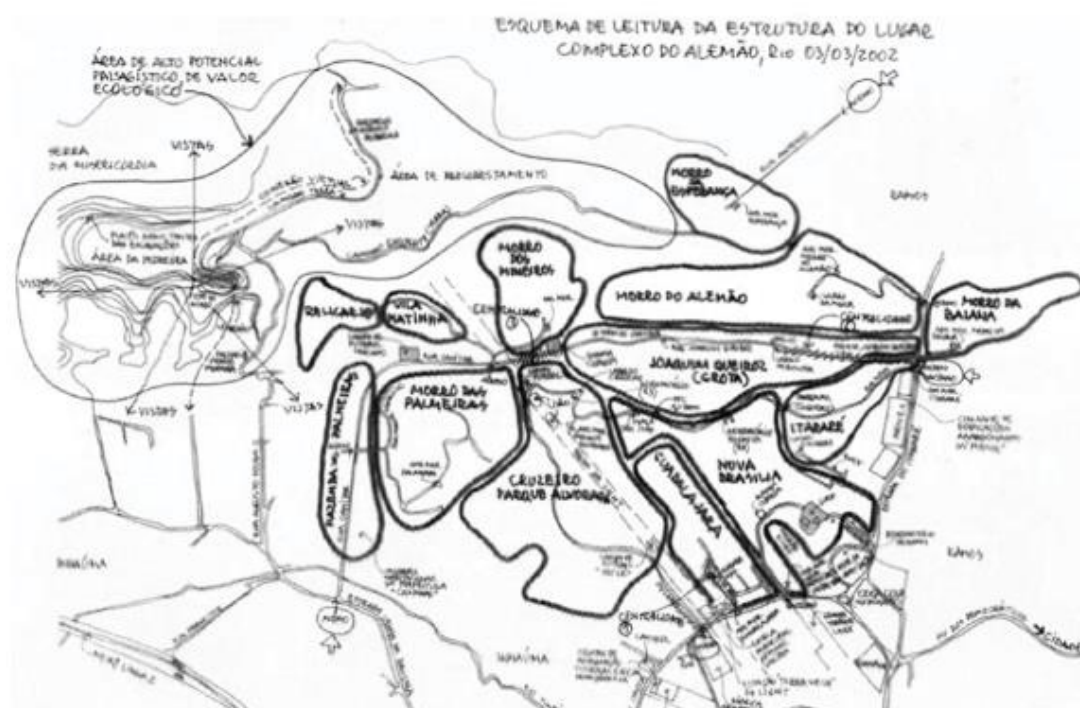
Figura 41 – Unidades Habitacionais do Complexo do Alemão em obras



Fonte: Jáuregui [200-]

Sendo o ponto de partida o esquema de leitura da estrutura do lugar (Figura 42) trabalhado por Jáuregui em seu estúdio, o agente desencadeante de um projeto trata-se do potencial de mobilidade inserido no território das áreas precárias. Ou seja, a principal questão é conseguir articular a cidade dos fluxos (mercadorias, pessoas, informações) com a cidade dos lugares (espaços fixos) e vincular a cidade global (território da mundialização) com a cidade local (território produtivo e de enraizamento) (JÁUREGUI, [200?]). Para isso, o estudo proposto pelo Atelier Metropolitano leva em consideração o relacionamento entre a cidade, a urbanidade e o espaço público tendo por finalidade combinar aspectos de cunho físico, social, econômico, cultural e ambiental que envolvem o território atuante.

Figura 42 – Esquema de Leitura da Estrutura do Lugar do Complexo do Alemão



Fonte: Delaqua (2002)

Independente da escala do lugar, sendo pequeno, médio, grande ou muito grande, a leitura em si do lugar articulado com as necessidades dos habitantes forma um conjunto urbano capaz de integrar todas essas complexidades, configurando assim espacialmente as soluções para cada um desses aspectos, na forma do traçado das vias, do paisagismo, do urbanismo, das edificações, dos espaços públicos e da infraestrutura (GONÇALVES, 2009). Logo, a leitura da relação entre o físico e o social é o que define e estabelece as grandes linhas mestras de atuação da forma com que o estúdio lê o lugar, derivando como irá atuar e o que irá fazer; não sendo desse modo uma pressuposição, mas, sim, um derivado (JÁUREGUI, [2005?])⁹.

Dessa forma, o esquema de leitura do lugar proposto por Jáuregui, consolida a relação de confiabilidade construída desde o primeiro momento de atuação em uma comunidade, pois por meio do diagrama executado, é feita a configuração daquilo que a população desejou e que não sabia expressar antes do diálogo com o arquiteto.

⁹ Jorge Mário Jáuregui em entrevista a Henrique dos Santos: Arquiteto Rio-Angola 2004 - 2005

CONCLUSÃO

Diante das informações apresentadas neste trabalho e com base nos objetivos postos para sua realização, por meio dos estudos de caso, foi possível perceber como na atualidade, três diferentes escritórios de arquitetura e urbanismo estão atuando nos assentamentos precários latino-americanos. Apesar, dos arquitetos e urbanistas raramente se identificarem com uma forma de atuação propriamente dita, a partir da análise dos casos propostos, verificou-se que para os escritórios, a participação da comunidade local em todas as etapas dos processos de intervenção, mesmo que em diferentes níveis, é fundamental no combate à precariedade e na má qualidade de vida no ambiente construído. Com isso, faz-se relevante, relacionar os casos estudados e suas respectivas intervenções, de acordo com a escala de participação proposta por Imparo e Ruster (2003) em seu estudo na América Latina e os diferentes tipos de atuação definidos por Kapp et. al. (2012).

No que se diz respeito à companhia chilena ELEMENTAL e a incorporação da incrementabilidade em seus projetos de habitação de interesse social, o processo participativo é o caminho para que a população tenha voz de direito e de fato nos debates sobre, por exemplo, as áreas e localização de seus futuros conjuntos habitacionais, ou mesmo na escolha dos ambientes e materiais a serem implantados em suas moradias. Ao terem esse tipo de representatividade, a população pode, dessa forma, compartilhar com as instituições governamentais, o controle nas principais tomadas de decisão que lhe dizem respeito. O escritório passa a ter uma atuação em parte tecnocrática, pois ao ter uma relação de contrato com o Estado, chega a possuir certas restrições e ações que são pré-estabelecidas, e em parte missionária, por atender em alguns casos a população de forma mais direta e difundir seus projetos abertamente em meios eletrônicos.

O equatoriano, Al Borde por sua vez, nos três exemplos relacionados, mostrou ter uma atuação mais direta junto à comunidade, se manifestando de certa maneira missionária. Por ter envolvido a participação das pessoas e de voluntários desde o processo de concepção dos projetos até a conclusão da obra, desenvolveram as usuais técnicas construtivas de costume da população local, dando-lhes pleno poder em continuar o progresso do assentamento por

conta própria. Ademais, o total controle dos moradores locais, pode ser assim percebido tanto nas decisões tomadas quanto na própria realização dos projetos.

Em contrapartida, o Atelier Metropolitano, baseado no Brasil e dirigido pelo arquiteto argentino Jorge Mario Jáuregui, pelos estudos expostos, pode ser caracterizado como um escritório de atuação plenamente tecnocrática. Apesar, de ter um procedimento metodológico em que a população das áreas atuantes, se insere em diferentes níveis no desenvolver do projeto, as diferentes instâncias e órgãos públicos financiadores, ainda são fortes detentores do poder e das medidas nos programas de intervenção. As comunidades dessa forma, se apresentam de forma mais voltada para o esclarecimento de informações e condições de vida chegando a ter mínimas oportunidades nos debates e nas negociações das políticas.

Ao observar essas diferentes nuances de participação comunitária e de intervenção, pode-se perceber, tanto as dificuldades e desafios em se combater a precariedade, mas ainda a grande diversidade e a capacidade de se conseguir projetar e construir por meio e com a escassez de recursos. A relevância dessa temática, se faz exatamente nessas questões e no desejo em colaborar nas discussões acerca da atuação dos escritórios de arquitetura e urbanismo na contemporaneidade, apresentando essa área não mais como um fator de exclusão, mas como um processo que tenta restituir melhores condições de vida pela valorização do poder construtivo das pessoas, e de suas relações.

A proposta desse projeto não se trata em taxar os escritórios latino-americanos, conforme seus planos metodológicos ou seus graus de influências nas comunidades onde trabalham. O que se busca fundamentalmente, é contribuir para o conhecimento acerca da arquitetura e do urbanismo na América Latina, na tentativa de propagar soluções que possam minimizar os problemas que afligem as inúmeras cidades espalhadas por essa região.

No decorrer do desenvolvimento desse estudo, foram enfrentadas algumas limitações como, por exemplo, a impossibilidade de se estudar in loco, assim como a dificuldade em encontrar referências em livros que trabalham essa temática, sendo necessária a leitura de revistas nacionais e internacionais, assim como a visualização de materiais disponíveis na internet como vídeos, palestras e entrevistas.

De toda forma, pode-se considerar que esta pesquisa atingiu seus objetivos ao colaborar para o entendimento dos modos de atuação dos arquitetos e urbanistas em áreas precárias latino-americanas, ao apresentar seus contextos de intervenção, seus métodos de projeto e a maneira como suas práticas refletem atitudes positivas na população. Foi assim, um estudo bastante enriquecedor a nível pessoal e de investigação, pois além de demandar uma vasta quantidade de material bibliográfico e audiovisual, principalmente em língua estrangeira, foram explorados âmbitos da arquitetura e do urbanismo da América Latina, pouco acessíveis na academia.

É passível, dessa maneira, de se sugerir, que mais estudos sejam realizados, tanto em relação às práticas de atuação em assentamentos precários feita por esses e outros escritórios de arquitetura e urbanismo, assim como sobre as comunidades que fizeram parte de seus processos de intervenção. Na busca por identificar, não somente o grau de independência dessas populações, pós-atuação, mais ainda fazer com que as metodologias utilizadas sejam cada vez mais compreendidas e popularizadas entre o meio profissional e acadêmico, gerando benefícios a todos envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL BORDE. Entrevista: Arquitectura de Interés Social. **Revista CLEA: Latinoamérica como campo de acción para la arquitectura.** [S.l.], v. 01, p. 10-15, nov. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/revistaclea/docs/revista_clea_portada_web>. Acesso em: 02 jan. 2017.

AL BORDE. **Esperanza Dos.** 2011. Disponível em: <<http://architizer.com/projects/esperanza-dos/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

AL BORDE. **Nueva Esperanza School.** 2010. Disponível em: <<http://www.archdaily.com/45942/nueva-esperanza-school-al-borde>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

AL BORDE. **Quiene somos.** Disponível em: <http://www.albordearq.com/quienes-somos_who-we-are/>. Acesso em: 02 jan. 2017.

AL BORDE. **Última Esperanza.** 2013. Disponível em: <<http://architizer.com/projects/ultima-esperanza/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

ANTUNES, J. **O fenômeno da desindustrialização latino-americana.** In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina Pr. Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008.

ARAVENA, Alejandro. **Bienal de Veneza anuncia o tema para 2016:** "Reporting From the Front". Tradução de Romullo Baratto. Entrevista concedida a AD Editorial Team. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/772789/bienal-de-veneza-anuncia-o-tema-para-2016-reporting-from-the-front>>. Acesso em: 6 out. 2016.

ARAVENA, Alejandro. ELEMENTAL a Do Tank. **Architectural Design: Latin America at the Crossroads**, [S.l.], v. 03, n. 81, p.32-37, maio 2011.

ARAVENA, Alejandro. **Entrevista exclusiva com Alejandro Aravena, Prêmio Pritzker 2016.** Equipo Editorial. 2016. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/780721/entrevista-exclusiva-com-alejandro-aravena-premio-pritzker-2016>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

ARAVENA, Alejandro. In.: BELLIA, Fernando. **RAD#05 – Habitação Social Incremental – Quinta Monroy.** HIMAWARAI8. 2013. Disponível em: <<http://himawari8.com.br/site/2013/12/20/rad05-habitacao-social-incremental-quinta-monroy/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

ARAVENA, Alejandro. **My architectural philosophy? Bring the community into the process.** TED Ideas Worth Spreading, out. 2014. (15min 49s). Disponível em:

<https://www.ted.com/talks/alejandro_aravena_my_architectural_philosophy_bringing_the_community_into_the_process?language=en>. Acesso em 02 jan. 2017.

BAAN, Iwan. **Metro Cable Caracas**. In.: URBAN-THINK TANK. Metro Cable Caracas. 2013. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-146536/metro-cable-caracas-slash-urban-think-tank>>. Acesso em: 9 dez. 2016.

BARONE, Ana Cláudia Castilho; DOBRY, Sylvia Adriana. "Arquitetura participativa" na visão de Giancarlo de Carlo. **Pós**: São Paulo, n. 15, p.18-31, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43369>>. Acesso em: 6 dez. 2016.

BELLIA, Fernando. **RAD#05 – Habitação Social Incremental – Quinta Monroy**. HIMAWARAI8. 2013. Disponível em: <<http://himawari8.com.br/site/2013/12/20/rad05-habitacao-social-incremental-quinta-monroy/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários**. Brasília, 2010. 82 p.

BRILLEMBOURG, Alfredo. **Interview with Alfredo Brillembourg, founder of Urban-Think Tank**. 2015. Entrevista à Laura Amaya. Disponível em: <<http://archinect.com/features/article/124819398/interview-with-alfredo-brillembourg-founder-of-urban-think-tank>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARVALHO, Ailton Mota de. Formação urbana da América Latina – Uma breve revisão histórica. **Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Rio de Janeiro: 1997, p. 489-496.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4. ed. Vol. 48. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 590 p. (Coleção Pensamento Crítico). Tradução de Arlene Caetano.

CASTLE, Helen. Editorial. **Architectural Design: Latin America at the Crossroads**, [S.l.], v. 03, n. 81, p.5, maio 2011

CEPAL. **Población urbana que vive en tugurios**. Disponível em: <<http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=224&idioma=e>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

DAVIS, Mike. **Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal**. In: Contragolpes, Emir Sader (org.). São Paulo: Boitempo, 2006.

DELAQUA, Victor. **O esquema de leitura da estrutura do lugar – Jorge Mario Jáuregui**. 2012. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-62629/o-esquema-de-leitura-da-estrutura-do-lugar-jorge-mario-jauregui>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

DESIGN OTHER 90 NETWORK. **Incremental Housing**. 2011. Disponível em: <<http://www.designother90.org/solution/incremental-housing/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

ECHEVERRI, Alejandro. **O urbanismo social do arquiteto Alejandro Echeverri na transformação de Medellín**: a experiência de sucesso na cidade colombiana foi assunto do evento de arquitetura Arq. Futuro. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/o-urbanismo-social-do-arquiteto-alejandro-echeverri-na-transformacao-de-medellin-10113541>>. Acesso em: 15 nov. 2016

EQUIPO EDITORIAL. **Gustavo Restrepo: O urbanismo pode combater o narcotráfico**. 2015. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/768286/gustavo-restrepo-o-urbanismo-pode-combater-o-narcotrafico>>. Acesso em: 9 dez. 2016.

ELEMENTAL. **ABC of Incremental Housing**. 2016. Disponível em: <<http://www.elementalchile.cl/en/projects/abc-of-incremental-housing/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

ELEMENTAL. Quinta Monroy. 2007. Disponível em: <<http://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-2794/quinta-monroy-elemental>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

EL PLAN Z ARQUITECTURA. Quinta Monroy – Elemental Chile. 2012. Disponível em: <<http://elplanz-arquitectura.blogspot.com.br/2012/03/quinta-monroy-elemental-chile-libros.html>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

EMPRESA DE DESAROLLO URBANO. Medellín: modelo de transformación urbana. Proyecto Urbano Integral – PUI – en la zona nororiental. Consolidación Habitacional en la Quebrada Juan Bobo. [S.l.]. 2014.

ENTRE-TEMPS. **Esperanzas – Felipe y la escuela de Puerto Cabuyal**. 2014. Disponível em: <<https://vimeo.com/111908559>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

FAVELA PAINTING. **Praça Cantão**. 2010. Disponível em: <<http://www.favelapainting.com/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

FERNANDES, Edésio et al. **Regularização de Assentamentos Informais na América Latina**. Cambridge: Lincoln Institute Of Land Policy, 2011. 56 p. (Foco em Políticas Fundiárias).

FERRO, Sergio. “Trabalhador coletivo” e autonomia. In: VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula (Org.). **Usina**: entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Edições Aurora, 2015. p. 21-30.

FRACALOSSI, Igor. **O Direito à Beleza - Jorge Mario Jáuregui**. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-12782/o-direito-a-beleza-jorge-mario-jauregui>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

FRANCO, José Tomaz. **Como o projeto "Espaços de Paz" está transformando os espaços comunitários na Venezuela**. Tradução de Camilla Sbeghen. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/756317/como-o-projeto-espacos-de-paz-esta-transformando-os-espacos-comunitarios-na-venezuela>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

FREDIANI, Alexandre Apsan; FRENCH, Matthew Anthony; FERRERA, Isis Nunez. **Change by Design: building communities through participatory design**. New Zeland: Urban Culture Press, 2011.

GHIONE, Roberto. Transformação social e urbanística de Medellín. **Minha Cidade**, São Paulo, ano 14, n. 166.7, maio 2014. Vitruvius. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.166/5177>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

GONDIM, Linda M. P. **Favela, aglomerado subnormal, comunidade, ocupação, assentamento precário - "diga lá, o que é, o que é?"** In: SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; BITETI, Mariane de Oliveira; FERNANDES, Fernando Lannes (Org.) **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

GONÇALVES, António Miguel Ferreira. **Arquitetura de Causas: uma arquitetura social na era da globalização económica**. Prova Final de Licenciatura. Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2009.

GONZALEZ, Diego. In.: SIQUEIRA, Mariana. Na Venezuela, cinco projetos realizados por 20 coletivos de arquitetura transformam espaços subutilizados em locais de encontro. **Revista AU**. 2015. Disponível em: <<http://www.au.pini.com.br/au/solucoes/galeria.aspx?gid=13848>>. Acesso em: 9 dez. 2016.

GORELIK, Adrián. A produção da "cidade latino-americana". **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-133, jun. 2005. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12456/14233>>. Acesso em: 27 out. 2016.

GÚZMAN, José Manuel. **Superando o clichê da "participação"**. Tradução de Julia Brant. 2016. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/797134/superando-o-cliche-da-participacao>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

HAMDI, Nabeel. **Participation in Practice**. UN-Habitat Worldwide, abr. 2014. (8min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7r9IYI4CtKI>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

HARDOY, Jorge E. **El proceso de urbanización en America Latina**. Habana: 1974. 33 p.

HELM, Joanna. **Teleférico do Complexo do Alemão - Jorge Mario Jáuregui**. 2011. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-7796/teleferico-do-complexo-do-alemao-jorge-mario-jauregui>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

HIMAWARI8. **Revolução através do Design: Episódio Piloto**. 2013. (16 min 44s). Disponível em: <<http://himawari8.com.br/site/portfolio-items/revolucao-atraves-do-design-episodio-piloto/>>. Acesso em: 02 jan 2017.

IBGE. **Aglomerados subnormais: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: 2011. 259 p. (Censo Demográfico 2010).

IMPARATO, Ivo; RUSTER, Jeff. **Slum Upgrading and Participation: Lessons from Latin America**. Washington: The World Bank, 2003. 512 p.

KAPP, Silke et.al. **Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação**. Florianópolis: 2012. IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia “Inovação e Responsabilidade”.

JÁUREGUI, Jorge Mario. **Atelier Metropolitano**. Projetos & Consultorias. [200?] Disponível em: <<http://www.jauregui.arq.br/consultorias.html>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

JÁUREGUI, Jorge Mario. **Ciudad de Urgencia: Proyecto elaborado em 2004 a pedido del Comité Comunitario de Cidade de Deus**. Cidade de Deus. [200?] Disponível em: <http://www.jauregui.arq.br/cidade_deus.html>. Acesso em: 02 jan. 2017.

JÁUREGUI, Jorge Mario. In.: BARBOSA, Antônio Agenor; PATERMAN, Rachel; GOYENA, Alberto. O mestre da habitação social: entrevista com o arquiteto e urbanista Jorge Mario Jáuregui. **Entrevista**: São Paulo, ano 16, n. 064.01, Vitruvius, out. 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/16.064/5667?page=1>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

JÁUREGUI, Jorge Mario. In.: PINA, José Costa. **Construir a partir do conflito**. [S.l.] Disponível em: <http://www.jauregui.arq.br/texto_entrevista_jorge.html>. Acesso em: 02 jan. 2017.

JÁUREGUI, Jorge Mario. In.: SANTOS, Henrique dos. **Entrevista ao Arquiteto Jorge Mario Jáuregui: Arquiteto Rio-Angola 2004 - 2005**. [2005?] Disponível em: <http://www.jauregui.arq.br/texto_entrevista_PauloMendes.htm#03>. Acesso em: 02 jan. 2017.

JÁUREGUI, Jorge Mario. **Leitura dos Lugares**. [200?] Disponível em: <<http://www.jauregui.arq.br/leituralugares.html>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

JÁUREGUI, Jorge Mario. **Projeto de articulação sócio espacial - Complexo do Alemão (Escala Territorial) - PAC-UAP - Programa de Aceleração do Crescimento / Urbanização de Assentamentos Precários**. Favelas. [200-]

Disponível em: <http://www.jauregui.arq.br/favelas_alemao.html>. Acesso em: 02 jan. 2017.

JR. **Women are Heroes**. 2008. Disponível em: <<http://www.jr-art.net/projects/women-are-heroes-brazil>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

KLOPPENBURG, Joanna. **Al Borde Arquitectos on Practicing Life Through Architecture**. 2016. Disponível em: <<http://architizer.com/blog/al-borde-life-through-architecture/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANA, Sibelle Meyera. **O arquiteto e o processo participativo: o caso do RSV**. 2007. 133f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

LANDAETA, Graciela. **Living in Unauthorized Settlements: Housing Improvement and Social Participation in Bolivia**. Lund, Suíça: KFS i Lund AB, 2004. 309 p.

LEFEBVRE, Henri. **The Survival of Capitalism: Reproduction of the Relations of Production**. New York: St. Martin's Press, 1976. Tradução de Frank Bryant.

LEGUIA, Mariana. Introduction: Latin America at the Crossroads. **Architectural Design: Latin America at the Crossroads**, [S.l.], v. 03, n. 81, p.8-15, maio 2011.

LEITÃO, Gerônimo; DELECAVE, Jonas. O programa Morar Carioca: novos rumos na urbanização das favelas cariocas? In: ZUQUIM, Maria de Lourdes; D'OTTAVIANO, Camila (Org.). **Práticas recentes de intervenções contemporâneas em cidades da América Latina**. São Paulo: Fau, 2014. p. 131-148.

LEMONS, Amalia Inés Geraiges. América Latina: uma realidade de cidades gigantes. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 5, p.53-59, 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47103/50824>>. Acesso em: 27 out. 2016.

LOPES, João Marcos de Almeida, KAPP, Silke, BALTAZAR, Ana Paula. **Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres**. In: SILACC Resumos Sessão 03 – Simpósio Ibero-americano de Cidade e Cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas, São Carlos: EESC-USP, 2010.

LUCCHESI, Cecilia. **Alejandro Aravena e a ELEMENTAL**. 2013. Disponível em: <<https://theurbanearth.wordpress.com/2013/06/30/alejandro-aravena-e-a-elemental/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: Alternativas para a crise urbana. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. 204 p.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. Globalização, Informalidade e Regulação em Cidades Latino-Americanas. **Cadernos Prolam/USP**, [S.l.], v. 5, n. 8, p.31-50, jun. 2006.

MAZO, Liliana María Sánchez; TAMAYO, Alberto León Gutiérrez. CIUDAD CONSTRUIDA A VARIAS MANOS. Prácticas recientes de intervención urbana en áreas informales: Proyecto Urbano Integral, zona nororiental de Medellín (Colombia). In: ZUQUIM, Maria de Lourdes; D'OTTAVIANO, Camila (Org.). **Práticas recentes de intervenções contemporâneas em cidades da América Latina**. São Paulo: Fau, 2014. p. 49-72.

MAZZANTI, Giancarlo. Na série Conversas urbanas, Giancarlo Mazzanti escreve sobre Medellín, cidades e violência. **Conversas Urbanas**, [S.l.], ed. 222, set. 2012. AU. Disponível em: <<http://www.au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/222/artigo266279-1.aspx>>. Acesso em: 15 nov. 2016

MICHAELS, Julia. **Cadê o Morar Carioca?** Tradução de Rane Souza. 2013. Disponível em: <<https://riorealblog.com/2013/10/29/cade-o-morar-carioca/>>. Acesso em: 15 nov. 2016

MOMA STORE. **Small Scale, Big Change**: New Architectures of Social Engagement. Disponível em: <https://store.moma.org/webapp/wcs/stores/servlet/ProductDisplay?langId=-1&storeId=10001&catalogId=10451&productId=70059&promoCode=8H104&categoryId=11486&parent_category_rn=26683&cid=&_ga=1.92113754.1586078833.1477616115>. Acesso em: 9 dez. 2016.

MONTANER, Josep Maria. **Josep Maria Montaner**: 'Hoje vivemos uma total dualidade da arquitetura'. 2016. Entrevista à Nicolás Valencia. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/783202/josep-maria-montaner-hoje-vivemos-uma-total-dualizacao-da-arquitetura?ad_medium=widget&ad_name=recommendation>. Acesso em: 12 nov. 2016.

MONTOYA RESTREPO, Nataly. Urbanismo social en Medellín: una aproximación desde la utilización estratégica de los derechos. **Estudios Políticos**, [S.l.], n. 45, p.205-222, fev. 2014. Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia.

MORA, Pola. **Entrevista: Jorge Mario Jáuregui**. 2014. Disponível em: <<http://www.plataformaarquitectura.cl/cl/624027/entrevista-jorge-mario-jauregui>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

NAVARRO-SERTICH, Adriana. From Product to Process: Building on Urban-Think Tank's Approach to the Informal City. **Architectural Design: Latin America at the Crossroads**, [S.l.], v. 03, n. 81, p.104-109, maio 2011.

NOGUEIRA, Priscilla Silva. **Práticas de Arquitetura para Demandas Populares: A experiência dos Arquitetos da Família**. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Teoria e Prática do Projeto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ONU-HABITAT. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. **Estado de las Ciudades de América Latina y el Caribe 2012: Rumbro a una nueva transición urbana**. Rio de Janeiro. 2012.

ONU-HABITAT. **Documentos Temáticos da HABITAT III: Assentamentos Informais**. New York: 2015.

ONU-HABITAT. **Estado das Cidades do Mundo 2010/2011: Unindo o urbano dividido**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2010.

ONUBR Organização das Nações Unidas do Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. New York: 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2016

PACHECO, Joana. **Por que a iniciativa open source de Aravena é um grande passo para oferecer moradias melhores para todos**. Tradução de Camilla Sbeghen. 2016. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/786702/por-que-a-iniciativa-open-source-de-aravena-e-uma-ferramenta-para-conseguir-moradias-melhores-mais-baratas-e-para-todos>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

PATEL, Amit; KOIZUMI, Naoru; CROOKS, Andrew. Measuring slum severity in Mumbai and Kolkata: A household-based approach. **Habitat International**, [S.l.], v. 41, p.300-306, 2014.

PINHEIRO, Juliana de Kássia Siqueira. **A inserção da metodologia participativa na prática do arquiteto e urbanista na contemporaneidade**. 2016. 80f. Monografia (Curso de Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Conheça o programa Morar Carioca**. 2015a.. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>>. Acesso em: 9 dez. 2016.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **O que é o Morar Carioca? Entenda o maior programa de urbanização de favelas do país**. 2015b. Disponível em: <<https://medium.com/morar-carioca/onde-o-morar-carioca-j%C3%A1-chegou-2cc58c2384da#.od5mq3w6u>>. Acesso em: 12 nov. 2016

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira de. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S.l.], v. 7, n. 3, p.340-353, dez. 2015.

RAMÍREZ, Pablo. In.: AL BORDE. **Quiene somos**. Disponível em: <http://www.albordearq.com/quienes-somos_who-we-are/>. Acesso em: 02 jan. 2017.

REVELO-IMERY (a), M. Alejandra. **Traduzindo 'Favela' Parte 1: A Problemática da Tradução**. 2014. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=9317>>. Acesso em: 30 out. 2016.

REVELO-IMERY (b), M. Alejandra. **Traduzindo 'Favela' Parte 2: Uma Viagem pela América Latina [MAPA INTERATIVO]**. 2014. Publicado em Favela é. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=9362>>. Acesso em: 30 out. 2016.

SANOFF, Henry. Multiple views of participatory design. **METU JFA: Ankara**, vol. 23, p.131-143, nov. 2006.

SARKIS, Hashim. **(Não) é Elemental: sobre a arquitetura de Alejandro Aravena**. Tradução de Camilla Sbeghen. 2016. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/781317/e-elemental-nao-na-arquitetura-de-alejandro-aravena>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

SAULE, Nelson Júnior; UZZO, Karina. **A trajetória da reforma urbana no Brasil**. Cidades para Todos. p.259-270. 2009.

SCOTTÁ, Luciane. Brazil Builds: Architecture New and Old. Repercussão da divulgação da arquitetura moderna brasileira. **AUS Revista**. 2014. Disponível em: <<http://www.ausrevista.cl/index.php/es/n-actual/leer-articulos/22-revista-n-17/143-brazil-builds-architecture-new-and-old-repercussa-o-da-divulgac-a-o-da-arquitetura-moderna-brasileira>>. Acesso em: 9 dez. 2016.

SIQUEIRA, Mariana. Arquitetura da Paz. **aU**. São Paulo: Editora PINI, v. 257, n. 30, p.52-63, ago. 2015a.

SIQUEIRA, Mariana. Poder para pessoas: a experiência do Pico Estudio na aplicação do urbanismo tático em contextos de violência urbana, e o papel do arquiteto na transformação dos espaços. **aU**. São Paulo: Editora PINI, v. 257, n. 30, p.64-66, ago. 2015b.

SIQUEIRA, Patrícia. **Políticas públicas para as favelas brasileiras**. 2015. Disponível em: <<https://papodehomem.com.br/politicas-publicas-para-as-favelas-brasileiras/>>. Acesso em: 30 out. 2016.

SINCLAIR, Cameron. **My wish? A call for open-source architecture**. TED Ideas Worth Spreading, feb. 2006. (23min 34s). Disponível em: <https://www.ted.com/talks/cameron_sinclair_on_open_source_architecture>. Acesso em: 06 dez. 2016.

SILVA, Maura. **Primeiro projeto urbano de habitação popular do MST completa 10 anos**. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/06/03/comuna-urbana-completa-10-anos-como->

simbolo-de-politica-habitacional-e-integracao-social.html>. Acesso em: 16 nov. 2016.

SOUZA, Eudes Leopoldo de. **A METROPOLIZAÇÃO LATINO-AMERICANA: dinâmicas urbanas e redes de cidades no limiar do século XXI.** Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade (LEURC) / Universidade Estadual do Ceará (UECE). [2013?] Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/095.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

SOUZA, Daniel. **Você sabe o que é um Think Tank?** 2008. Disponível em: <<https://amanhaontemhoje.wordpress.com/2008/03/17/voce-sabe-o-que-e-um-think-tank/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

STOTT, Rory. **Tipologia habitacional "metade pronta" do ELEMENTAL: um sucesso em qualquer circunstância.** Tradução de Romullo Baratto. 2013. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-159388/tipologia-habitacional-metade-pronta-do-elemental-um-sucesso-em-qualquer-circunstancia>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

URBAN-THINK TANK. **Project overview: Metro Cable.** Disponível em: <<http://utt.com/project/metro-cable/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

URBAN-THINK TANK. **Metro Cable Caracas.** Tradução de Mutilo Arruda. 2013. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-146536/metro-cable-caracas-slash-urban-think-tank>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

USINA CTAH. Processos de projeto como construção de autonomia. In: VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula (Org.). **Usina: entre o projeto e o canteiro.** São Paulo: Edições Aurora, 2015. p. 155-167.

USINA CTAH. **Comuna Urbana Dom Hélder Câmara.** [201-a]. Disponível em: <<http://www.usina-ctah.org.br/domhelder.html>>. Acesso em: 9 dez. 2016

USINA CTAH. **Urbanização Vila Popular.** [201-b]. Disponível em: <<http://www.usina-ctah.org.br/vilapopular.html>>. Acesso em: 9 dez. 2016.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 5, n. 44, p.5-34, out. 2000.

WORLD DEVELOPMENT INDICATORS. **Latin America & Caribbean Population.** Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=SP.POP.TOTL&country=WLD#>>. Acesso em: 9 dez. 2016.

ZUMTOBEL GROUP. Zumtobel Group Award 2014. 2014. Disponível em: <<https://au.pinterest.com/pin/388435536584906406/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.